



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Regina Lino de Medeiros

**LEITURA E REPRESENTAÇÃO DA IMAGEM FOTOGRÁFICA NO
BANCO DE IMAGENS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Brasília

2013

REGINA LINO DE MEDEIROS

**LEITURA E REPRESENTAÇÃO DA IMAGEM FOTOGRÁFICA NO
BANCO DE IMAGENS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Monografia apresentada ao programa de Especialização do Núcleo de Informação Tecnológica e Gerencial – NITEG, no curso de Arquitetura e Organização da Informação da Escola de Ciência da Informação, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do certificado de Especialista em Arquitetura e Organização da Informação.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Renata Baracho

BRASÍLIA

2013

Medeiros, Regina Lino de.

Leitura e representação da imagem fotográfica no Banco de Imagens da Câmara dos Deputados / Regina Lino de Medeiros. – Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Formação; Universidade de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, 2013.

67 f. il.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Renata Maria Abrantes Baracho Porto

Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais

1. Fotografia. 2. Imagem fotográfica. 3. Indexação. I. Título.



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Núcleo de Informação Tecnológica e Gerencial - NITEG
Curso de Especialização em Arquitetura e Organização da Informação

ATA DA DEFESA DE MONOGRAFIA DE **REGINA LINO DE MEDEIROS**, matrícula:
2011719016

Às 17:00 horas do dia 29 de abril de 2013, reuniu-se nas Instalações do CEFOR/Câmara dos Deputados em Brasília-DF a Comissão Examinadora, para julgar o trabalho intitulado **Leitura e representação da imagem fotográfica no Banco de Imagens da Câmara dos Deputados**, requisito final para obtenção do Grau de ESPECIALISTA em ARQUITETURA E ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Renata Maria Abrantes Baracho Porto, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Profa. Dra. Renata Maria Abrantes Baracho Porto – Orientadora

Aprovada

Profa. Dra. Gercina Borém de Oliveira Lima

Aprovada

Prof. Dr. Cristian José Oliveira Santos

Aprovada

Pelas indicações, a candidata foi considerada Aprovada com nota 95.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Brasília, 29 de abril de 2013

Profa. Dra. Renata Maria Abrantes Baracho Porto
Escola de Ciência da Informação/UFMG (Orientadora)

Profa. Dra. Gercina Borém de Oliveira Lima
Escola de Ciência da Informação/UFMG

Prof. Dr. Cristian José Oliveira Santos
Representante do CEFOR/Câmara dos Deputados

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo do Coordenador do Curso.

*À Manuela e Melissa, por
compreenderem e esperarem. À Dauber,
pelo amor, otimismo e apoio.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aos colegas que de uma forma ou outra colaboraram com o desenvolvimento deste trabalho, em especial:

Cristian José Oliveira dos Santos, por sua preciosa colaboração e palavras de apoio.

Raphael da Silva Cavalcante, por suas sugestões, incentivo e apoio constantes.

Ricardo Crisafulli Rodrigues, pela simpatia e disponibilização de material.

Alessandra Marquez Anselmo, pela colaboração e informações prestadas.

Daniel Rodrigues Guimarães, pela força, disposição e auxílio nas correções.

Maurinete dos Santos, pelo compartilhamento das experiências, angústias e alegrias.

À instituição Câmara dos Deputados que, por meio do seu Centro de Formação Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOP), propicia o desenvolvimento profissional de seus servidores.

Aos colegas da Seção de Aquisição pela paciência e tolerância.

À Patrícia Milani, pelo incentivo e compreensão.

À Prof.^a Dr.^a Renata Baracho, pela orientação.

*“O mundo das imagens é um mundo em si mesmo,
caminha paralelo ao mundo real”.*

Boris Kossoy

RESUMO

Analisa a representação temática de imagens fotográficas em sistemas de informação. Para garantir a qualidade na recuperação de informação, é necessário que a descrição física e temática esteja configurada a partir da utilização de instrumentos adequados, como, por exemplo, metadados de descrição e vocabulário controlado para a indexação. A recuperação de imagens fotográficas no Banco de Imagens da Câmara dos Deputados não acontece de forma satisfatória, fazendo-se necessária a aplicação de um método de descrição temática adaptado às suas necessidades. Através da pesquisa bibliográfica, identificou-se na literatura, modelos de análise de imagens com destaque para as contribuições de Erwin Panofiski e seus níveis pré-iconográfico, iconográfico e iconológico, e nos estudos de Sara Shatford Layne, para quem a imagem pode ser genericamente “de” alguma coisa, especificamente “de” alguma coisa e “sobre” alguma coisa. Elegeu-se a metodologia de Johanna Smit como a mais apropriada para aplicação em uma amostra de fotografias do Banco de Imagens da Câmara dos Deputados. Observou-se que a utilização da metodologia facilita a identificação de descritores. Conclui-se que além do uso da metodologia aplicada, é necessário o uso de uma linguagem controlada.

Palavras-chave: Fotografia. Imagem fotográfica. Indexação.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Estrutura administrativa da Câmara dos Deputados	28
Figura 2 Interface de inclusão das imagens fotográficas.....	30
Figura 3 Interface do resultado de pesquisa do BICD.....	31
Figura 4 Interface de pesquisa do BICD	31
Figura 5 Análise 1	38
Figura 6 Análise 2	39
Figura 7 Análise 3	40
Figura 8 Análise 4	41
Figura 9 Análise 5	42
Figura 10 Análise 6	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Grade de Smit	24
Quadro 2 Resultado de pesquisa no BICD	35
Quadro 3 Análise 1	38
Quadro 4 Análise 2	39
Quadro 5 Análise 3	40
Quadro 6 Análise 4	41
Quadro 7 Análise 5	42
Quadro 8 Análise 6	43

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT	–	Associação Brasileira de Normas e Técnicas
BICD	–	Banco de Imagens da Câmara dos Deputados
CBIR	–	Content-Based Image Retrieval
CEDI	–	Centro de Documentação e Informação
CD	–	Câmara dos Deputados
CDHM	–	Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CENIN	–	Centro de Informática da Câmara dos Deputados
EXIF	–	Exchangeable Image File Format
SECOM	–	Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados
STF	–	Supremo Tribunal Federal
TECAD	–	Tesouro da Câmara dos Deputados

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Problema	13
1.2 Objetivos	13
1.2.1 Objetivo geral	13
1.2.2 Objetivos específicos	14
1.3 Justificativa	14
2 IMAGEM E FOTOGRAFIA	15
3 ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E ANÁLISE DOCUMENTÁRIA DE IMAGENS FOTOGRÁFICAS	18
3.1 Indexação	20
3.1.1 Indexação de imagens.....	21
4 METODOLOGIAS PARA A REPRESENTAÇÃO DA IMAGEM FOTOGRÁFICA	23
5 REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL	26
6 CONTEXTUALIZAÇÃO	28
6.1 Câmara dos Deputados	28
6.2 Banco de Imagens da Câmara dos Deputados	28
6.2.1 Análise do BICD	32
7 METODOLOGIA	36
8 DEFINIÇÃO DO MÉTODO PARA LEITURA DE IMAGENS NO BICD	37
8.1 Aplicação da proposta de análise aplicada ao BICD	37
8.2 Apresentação e análise dos resultados	44
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista	52
ANEXO A – Ato da Mesa nº 68, de 08/01/2013	57
ANEXO B – Ato da Mesa nº 80, de 31/01/2013	60

1 INTRODUÇÃO

A natureza histórica dos recursos imagéticos foi, certamente, um dos determinantes para o acúmulo de conhecimentos e para o desenvolvimento social, cultural, político, econômico, religioso e tecnológico da humanidade. Ademais, para além do aspecto representativo, a imagem promove, sobretudo, comunicação – função potencializada a partir do advento da hipermídia (RODRIGUES, 2011).

Rodrigues (2011) considera que a grande quantidade de fotografias digitais produzidas nos últimos tempos levou à criação de inúmeros bancos de imagens, alguns de alto nível profissional, outros bastante amadores e quase sem recursos técnicos e qualitativos. Dados recentes revelam que, apenas na rede social Facebook, cerca de 250 milhões de fotografias são destinadas aos serviços da rede social (SBARAI e HONORATO, 2012). Toda essa “massa imagética” necessita de uma organização adequada que permita a sua recuperação rápida e eficiente por parte dos usuários que dela fazem uso.

A Câmara dos Deputados, no desempenho de suas atribuições constitucionais e regimentais, produz, rotineiramente, centenas de imagens fotográficas. Tais informações imagéticas servem aos mais diversos usos, destacando-se o uso jornalístico, realizado por diferentes agências de notícias nacionais e internacionais, assim como, também, pela própria Câmara por meio de sua Secretaria de Comunicação Social (SECOM). É neste contexto que se insere o Banco de Imagens da Câmara dos Deputados (BICD).

O BICD é um serviço de consulta a fotografias produzidas pela Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, relacionadas às atividades funcionais da Câmara dos Deputados. O conteúdo, de acesso livre, é disponibilizado na intranet da Câmara, conhecida como Camaranet, e no portal eletrônico da instituição acessível na internet. Frisa-se que outra relevante função do BICD diz respeito à contribuição do serviço para a preservação da memória institucional.

Não obstante a importância do BICD como ferramenta institucional, a experiência demonstra que o serviço apresenta deficiências relacionadas à descrição física e temática dos registros imagéticos armazenados, o que ocasiona problemas na recuperação da informação desejada. Diante disto, sob a égide da Ciência da Informação e da Arquitetura da Informação, define-se a proposta deste trabalho: o estabelecimento de um conjunto de diretrizes para descrição física e temática dos registros fotográficos que compõem o Banco de Imagens da Câmara dos Deputados.

1.1 Problema

O desenvolvimento de um banco de imagens como repositório institucional requer que o serviço seja desenvolvido de acordo com processos e mecanismos de tratamento e organização da informação adequados, de forma que cumpra o papel de representar uma fotografia digital como item informacional e atenda as demandas de seus usuários. Neste sentido, a observação demonstra que o Banco de Imagens da Câmara dos Deputados necessita de ajustes em relação à descrição física e temática dos registros fotográficos armazenados.

A interface de busca do BICD apresenta poucas opções de campos, o que torna a recuperação da informação ineficiente e suscita a necessidade de revisão dos metadados empregados para descrição física e temática dos registros fotográficos. Entende-se, então, que a análise de modelos de descrição física e temática de informação imagética consagrados na área da Ciência da Informação, além do estudo de novas abordagens que surgem em decorrência das discussões relacionadas a materiais digitais, contribuirão para a melhoria do BICD enquanto sistema de informação.

Diante dessas observações a pergunta que se pretende responder é: Quais diretrizes estabelecer para a construção de um modelo de descrição física e temática de imagens fotográficas que possa ser aplicado aos registros fotográficos do Banco de Imagens da Câmara dos Deputados?

1.2 Objetivos

O presente trabalho pretende atender o objetivo geral e os objetivos específicos a seguir.

1.2.1 Objetivo geral

Estabelecer conjunto de diretrizes para a descrição física e temática dos registros fotográficos que compõem o Banco de Imagens da Câmara dos Deputados.

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar na literatura modelos de descrição física e temática de imagens fotográficas;
- Estabelecer modelo de descrição física e temática de imagens fotográficas para aplicação no Banco de Imagens da Câmara dos Deputados;
- Aplicar modelo proposto a uma amostra retirada do Banco de Imagens da Câmara dos Deputados.

1.3 Justificativa

A popularização de fotografias digitais tem resultado no aumento exponencial de tais itens nos repositórios digitais, tornando mais complexa e urgente a reflexão de como tornar o processo de recuperação mais rápido e eficiente.

De acordo com Amaral (2009), a produção vertiginosa atual de imagens e o consequente acúmulo dos registros fazem com que instituições mantenedoras de acervos fotográficos busquem formas mais adequadas para disponibilizar as informações contidas nas imagens, a fim de atender a grande demanda, seja para simples ilustração ou como fonte primária de informação.

O que se tem observado é que a Ciência da Informação, aliada aos princípios adotados pela Arquitetura da Informação, pode ser de grande relevo no processo de configuração de medidas de representação de itens digitais, seja no plano temático ou formal.

De fato, para garantir a qualidade na recuperação de informação, é necessário que a descrição física e temática esteja configurada a partir da utilização de instrumentos adequados, como, por exemplo, metadados de descrição e vocabulário controlado para a indexação.

Reconhecendo o importante papel do Banco de Imagens da Câmara dos Deputados como “capital simbólico objetivado” (BORDIEU, 1989), ou seja, como substrato da práxis política, social e cultural do Parlamento, aliado às dificuldades no processo da recuperação das informações ali constantes, o presente estudo pretende contribuir com o aprimoramento desta ferramenta, propondo diretrizes para a descrição física e temática que otimize o seu uso.

2 IMAGEM E FOTOGRAFIA

Parece pacificada a ideia de que a imagem se revelou, no curso da história do Ocidente, como um dos mais poderosos instrumentos comunicacionais, embora tenha sido suplantada pela escrita (RODRIGUES, 2007). Nas últimas décadas, ganhou enorme destaque, alavancada pelo surgimento da internet e a difusão da comunicação global. Ao invés de um embate entre si, as fontes imagéticas e escritas acabaram se justapondo em um fenômeno conhecido como hipermediação, que consiste na combinação da informação em suas múltiplas dimensões: texto, imagem e áudio. Paulatinamente, a imagem deixa de se restringir à mera expressão artística, transformando-se em registro relevante de informação e conhecimento. Dentre os diversos tipos de imagens, destaca-se a fotografia.

Etimologicamente, o lexema “fotografia”, de origem grega, significa “escrever com a luz (foto = luz e grafia = escrita)”, o que, por si, evoca o seu caráter discursivo-utilitário (BOCCATO; FUJITA, 2006).

Barthes (1984) considera que a fotografia passou a existir a partir do momento em que uma circunstância científica (a descoberta da sensibilidade dos sais de prata à luz) permitiu captar e imprimir os raios luminosos emitidos por um objeto iluminado, e que a foto é, literalmente, uma emanção do referente (coisas ou fatos do mundo real).

Se a fotografia pode ser definida como “técnica ou arte de produzir imagens visíveis pela ação da luz, que fixa essas imagens de modo direto e durável sobre uma superfície sensibilizada” (CUNHA; CAVALCANTE, 2008, p. 175), sua origem está intimamente associada à Revolução Industrial, que propiciou, em contexto mundial, profundas transformações sociais, científicas, culturais e técnicas (RODRIGUES, 2007).

A imagem fotográfica passou, desde o seu surgimento, por mudanças significativas, sobretudo em relação às tecnologias utilizadas para produzi-la e acessá-la. Rodrigues (2011, p. 95) nos lembra:

Câmeras fotográficas digitais, computadores, softwares de tratamento de imagens, sistemas de comunicação de dados, celulares com câmeras embutidas: todas essas tecnologias somaram-se e, a partir da última década do século passado e início do atual, foram responsáveis pela transformação radical, embora gradativa, pela qual passou a fotografia.

No que refere ao processo de esquadramento dos significados presentes numa imagem fotográfica, é imprescindível a necessidade de se conhecer, previamente, os elementos configuradores que a constituem como item documental distinto, seja de um livro

ou de uma partitura musical. Com essa pretensão, Kossoy (2001) arrola três elementos essenciais para a efetivação de uma fotografia: o assunto, o fotógrafo e a tecnologia. O autor explica que o produto final, a fotografia, é resultante da ação do homem, ou seja, o fotógrafo, que em determinado espaço de tempo optou por um assunto especial e que, para seu devido registro, empregou os recursos oferecidos pela tecnologia.

Para Amaral (2009), a efetivação da imagem fotográfica se dá com o preenchimento de cinco quesitos: 1º) objeto a ser fotografado; 2º) câmera fotográfica; 3º) luz natural ou artificial; 4º) suporte que registre a imagem; e 5º) fotógrafo. E acrescenta, ainda, que a fotografia, em virtude da incidência destes elementos, todos eles inseridos dentro da lógica da circunstancialidade, é produzida como um registro numérico, ou seja, única e irrepetível.

O caráter arbitrário da fotografia é contemplado no pensamento de Pierce (1999), ao observar que todo signo reúne, pelo menos os seguintes elementos: um significante que é perceptível, um referente que é a realidade física ou conceitual do mundo, e um significado.

O referente é tido como o elemento mais importante da imagem fotográfica. Segundo Manini (2002), a função do referente na fotografia é dar assunto, motivo e razão de ser à imagem. No caso dos documentos fotográficos, a função do referente é ser documentado, ser registrado, reportando-se a alguma realidade apreendida pela fotografia, ainda que precariamente. A autora chega a afirmar que a força do referente numa fotografia é tão grande e incontestável a ponto de se poder concluir que a fotografia é o referente, e vice-versa.

O referente é definido por Barthes (1984, p. 115), “não a coisa facultativamente real a que remete uma imagem ou um signo, mas a coisa necessariamente real que foi colocada diante da objetiva, sem a qual não haveria fotografia”. Ou seja, o referente remete a um objeto real preexistente a essa imagem, algo concreto ou conceitual que serviu de modelo ou inspirou sua elaboração. O referente, na imagem fotográfica, é o testemunho de algo acontecido, fixado e “congelado” no tempo após um clique da câmera fotográfica (RODRIGUES, 2011).

Quanto ao uso, é sabido que as imagens fotográficas constituem uma preciosa fonte de informação que, a cada dia, é mais visitada e explorada pelas mais diversas disciplinas acadêmicas (NUNES, 2010). Manini (2002) enfatiza o seu caráter comercial, publicitário, probatório, científico e pessoal/familiar. Dentre estes, sua natureza comprobatória se destaca, já que é recorrentemente aceita e usada como prova definitiva,

“testemunho da verdade” do fato ou dos fatos. Foi graças a sua natureza físico-química – e hoje eletrônica – de registrar aspectos (selecionados) do real, tal como esses fatos se parecem, que a fotografia ganhou elevado *status* de credibilidade (KOSSOY, 2002).

Manini (2008) considera que a fotografia só se torna um documento de uso geral, de interesse público coletivo e de importância histórica ou cultural quando inserida num arquivo: importará sua origem ou proveniência, a finalidade de sua criação ou produção, e será tratada segundo um agrupamento sistemático, respeitando a organicidade do fundo a que pertence.

Bocato e Fujita (2006) enfatizam que o uso dos documentos imagéticos como fonte de informação será otimizado, sobremaneira, com o cumprimento de todo o ciclo informacional, que abarca, desde sua produção intelectual, até sua disseminação, recuperação e uso, passando pela edição, seleção, aquisição, processamento técnico, armazenagem e estocagem.

3 ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E ANÁLISE DOCUMENTÁRIA DE IMAGENS FOTOGRÁFICAS

Pode-se afirmar que a organização da informação é o cerne de todas as atividades desenvolvidas por bibliotecas, arquivos, museus e outras unidades de informação. De fato, a organização da informação permeia desde a catalogação de um mapa até o estabelecimento de descritores de um item bibliográfico, passando pela classificação de um item em um fundo documental ou em uma exposição museológica.

Brascher e Café (2008, p. 5) definem a organização da informação como “[...] um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais.” Observa-se que o conceito é idêntico ao de análise documental, proposto por Cunha (1987), que a define como um conjunto de procedimentos destinados a expressar o conteúdo de documentos, facilitando, assim, a sua posterior recuperação.

Todavia, enquanto processo complexo destinado a garantir a recuperação da informação, o fato é que a organização da informação implica em tratar adequadamente os itens documentais, descrevendo-os, tanto do ponto de vista físico (características físicas dos documentos) quanto temático (descrição do conteúdo), com vistas à recuperação.

Ao encontro desta perspectiva, Leiva (2012) estabelece que o tratamento da informação se divide em dois momentos, a saber: a análise da forma e a análise temática. Enquanto a análise da forma implica na descrição física do documento, a análise de conteúdo diz respeito à classificação, o resumo e a indexação. O conjunto destes elementos descritivos é designado “representação da informação” (BRASCHER; CAFÉ, 2008).

Manini (2002) considera que o tratamento temático da informação, enquanto processo, é constituído de duas operações: a análise e a síntese. A operação de análise se refere à leitura técnica do documento onde é possível a identificação e extração dos conceitos. A síntese é a tradução dos conceitos, extraídos na operação de análise, da linguagem natural para uma linguagem controlada.

A imagem fotográfica, caracterizada como item documental, apresenta uma série de elementos singulares, tornando o seu processo de representação física e temática distinto de outros itens documentais. Na visão de Smit (1996), a representação da imagem fotográfica não pode ser realizada a partir de uma mera transposição automática dos procedimentos de

análise documentária desenvolvidas para o texto, pois a imagem não se baliza unicamente pelo seu conteúdo informacional, mas também por sua expressão fotográfica¹.

Barbosa e Silva (2010) enfatizam que a análise documentária de fotografia tem como finalidade fornecer dados, os mais precisos possíveis, inferidos através de intensas e sucessivas leituras e investigações sobre o referente (coisas ou fatos do mundo real), fomentando a descrição do acervo fotográfico e o acesso ao usuário. Nessa mesma perspectiva, defendem que a análise documental é, antes de tudo, uma proposta destinada a apreender a essência da imagem fotográfica. Os autores vão mais além ao estabelecer que a essencialidade da fotografia é apreendida por meio da identificação de unidades de indexação e sua posterior descrição, visando satisfazer às necessidades de informação do usuário. Observa-se que Barbosa e Silva (2010) acabam contemplando conceitos tradicionais da Ciência da Informação, tais como a análise da informação, a sua representação por meio de descritores, o que é comumente chamada de “tradução” pelos bibliotecários e, por último, o objetivo de uma organização da informação, qual seja, a recuperação adequada que atenda aos critérios estabelecidos pelo usuário.

A finalidade de toda organização da informação é garantir que a recuperação da informação seja otimizada. O termo “recuperação da informação” foi cunhado por Calvin Mooers, em 1951, que o definiu como a disciplina que “trata dos aspectos intelectuais da descrição, da informação e sua especificação para busca, e também de qualquer sistema, técnicas ou máquinas que são empregadas para realizar esta operação.” (MOOERS, 1951, p. 25, tradução nossa). De modo amplo e atual, a recuperação da informação se refere ao processo de identificação de um ou mais itens documentais em um sistema que atendam às necessidades do usuário.

Para que a recuperação aconteça, é necessário que alguns fatores sejam contemplados. Nesse contexto, Campos e Gomes (2008) estabelecem três elementos garantidores de uma “boa recuperação”:

É preciso haver um vocabulário-padrão; os termos precisam ser atribuídos segundo critérios previamente estabelecidos, para assegurar consistência no tratamento dos dados; o software deve ser adequado às características de tal serviço de informação.

Em se tratando de informação imagética, além da recuperação por conceitos, existe a recuperação de imagens baseada em conteúdo, que é conhecida na área de

¹Forma adotada para expressar o que se quer transmitir pela imagem (SMIT, 1996, p. 34).

processamento de imagens e base de dados como CBIR (Content-Based Image Retrieval). Segundo Filardi (2007) este é um ramo da área da computação que vem crescendo muito nos últimos anos e vem contribuindo com novos desafios. Sistemas que utilizam tais técnicas propiciam o armazenamento e manipulação de grandes volumes de dados e imagens e processam operações de consultas de imagens a partir de características visuais extraídas automaticamente por meio de métodos computacionais. Porto (2007, p. 51) esclarece que:

Um sistema Content-Based Image Retrieval - CBIR de recuperação da informação, baseado no conteúdo visual da imagem, extrai características da imagem, indexa e processa consultas efetuadas pelo usuário. O princípio básico do CBIR requer que as propriedades visuais da imagem sejam usadas no lugar da descrição textual para recuperar dado pictorial, com o objetivo da busca em uma base de dados.

Os sistemas CBIR apresentam aplicação em áreas bem específicas, em que os atributos da imagem tais como cor, forma e textura são mais relevantes para a representação da informação, ou quando a descrição textual por meio de conceitos não se revele satisfatória para a recuperação da imagem.

3.1 Indexação

De acordo com a NBR 12676 da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT, 1992) a indexação é o ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos. O ato de representar assuntos implica, normalmente, em recorrer a um instrumental para a padronização de termos, comumente intitulado “linguagem documentária”, expressão que abarca uma profusão considerável de esquemas de representação do conhecimento como classificações, tesouros, taxonomias e ontologias. É nesse sentido que a indexação é definida por Cunha e Cavalcante (2008) como representação do conteúdo temático de um documento por meio de elementos extraídos de uma linguagem documentária.

No campo da Biblioteconomia, a práxis evidencia que a indexação continua a se valer de linguagens documentárias. Essa perspectiva cristalizada entre os profissionais da informação se justificaria pelo nível de segurança que tais instrumentos garantiriam aos usuários das unidades de informação no processo de recuperação de itens documentais pertinentes em bancos de dados cada vez maiores.

Dentro dessa perspectiva de representação por meio de uma linguagem documentária, Lancaster (2004) define duas etapas distintas entre si, a saber: análise conceitual e tradução. O processo de análise conceitual é o momento da identificação do

assunto do qual o documento trata. A tradução, por sua vez, é a determinação de um conjunto de termos de indexação para representar o assunto.

A respeito da inegável importância da indexação para organização da informação, Gomes e Campos (2004) afirmam que o uso consistente de princípios de indexação é um fator de qualidade e pode contribuir para a eficácia dos serviços, desde que a análise de assunto seja adequada.

3.1.1 Indexação de imagens

Mesmo compartilhando os princípios da indexação de outros tipos documentais, observa-se que a representação de imagens abarca questões particulares, associadas tanto aos quesitos de forma, quanto ao processo de apreensão do conteúdo. Encontra-se na literatura uma diversidade de métodos de indexação aplicados a documentos imagéticos, alguns enfatizando aspectos formais, outros problematizando níveis de representação. Em linhas gerais, tais estratégias se dividem em dois grandes grupos, a saber: a indexação de imagens baseadas em conceitos, e a indexação baseada em conteúdo.

A técnica de indexação de imagens baseada em conteúdo é realizada de modo automático, por ação de algoritmos computacionais. Utiliza os fatores intrínsecos à imagem para sua representação, como a cor, a forma e a textura da imagem. A indexação de imagens baseada em conceitos é aquela em que as imagens são identificadas e descritas (indexadas) em termos do que elas são e do que elas representam (BOCCATO; FUJITA, 2006). Lancaster (2004) define a indexação com base em conceitos como a descrição de imagens feita por humanos utilizando a linguagem textual, ou seja, o profissional da informação atribui conceitos aos documentos imagéticos, num processo de tradução de linguagem iconológica para linguagem textual. A decisão do nível de análise na indexação por conceitos é definida por uma política de indexação do acervo.

Almeida (2005) comenta que bibliotecas e centros de informação apresentam políticas gerais e específicas destinadas a definir os procedimentos de suas diferentes áreas de atuação. Dentre estas, o autor cita, como exemplo, as que se referem a formação e desenvolvimento de coleções, conservação de acervo, atendimento ao usuário, aquisição e seleção de materiais bibliográficos, além da política de indexação.

A política de indexação é, assim, definida por Rubi (2009, p. 16):

[...]uma decisão administrativa que reflita os objetivos da biblioteca, identificando condutas teóricas e práticas das equipes envolvidas no tratamento da informação da biblioteca para definir um padrão de cultura organizacional coerente com a demanda da comunidade acadêmica interna e externa.

Para Nunes (2004, p. 55), uma política de indexação é “[...] uma diretriz que explicita as escolhas técnicas (por isso política) que a biblioteca faz (e os bibliotecários precisam observar em suas rotinas), considerando fundamentalmente duas variáveis: o seu usuário e o seu acervo.”

Do ponto de vista de Nunes (2004, p. 56) a atividade de indexação deve considerar os seguintes fatores:

- 1) a missão a que esta devotada a instituição na qual se insere o sistema; o perfil dos usuários (ou clientela, como preferem alguns autores) que demandarão os recursos informacionais cobertos pelo sistema;
- 2) a estrutura organizacional do próprio sistema;
- 3) a qualidade e quantidade dos recursos humanos, materiais e financeiros postos a disposição do sistema;
- 4) a escolha sobre a quem será atribuída a responsabilidade pela formulação das estratégias de busca, decisão que influi no padrão de “amigabilidade” da interface do sistema de recuperação de informações, em seu tempo de resposta e nível de revocação e precisão;
- 5) a definição dos formatos de extração das informações recuperadas, de acordo com os interesses dos usuários;
- 6) a indicação dos procedimentos de avaliação da própria política de indexação.

Todos os quesitos arrolados por Nunes (2004) condicionam a política de indexação adotada, que deve ser vista como um importante instrumento para nortear a tomada de decisões com fins de otimizar o serviço de recuperação da informação e racionalizar processos.

4 METODOLOGIAS PARA A REPRESENTAÇÃO DA IMAGEM FOTOGRÁFICA

Os estudiosos, que se debruçam sobre a questão da leitura da imagem fotográfica com fins de análise documentária, apresentam diversos parâmetros relacionados ao significado da imagem que devem ser considerados e identificados, uma vez que influenciam, diretamente, na representação e na recuperação da imagem em um sistema de informação.

A documentalista francesa Ginette Bléry (citado por Smit, 1996) desenvolveu uma proposta de descrição do conteúdo da imagem contemplando as seguintes categorias: “quem?”, “o que?”, “quando?”, “onde?”, “como?”. Conforme veremos, estas categorias formam a base para outras propostas de representação da informação imagética.

Erwin Panofski (1976), historiador de arte, é muito citado nos estudos de Smit (1996), Manini (2002), Rodrigues (2011), dentre outros. O estudioso contribui para a análise imagética com os conceitos sobre Iconografia e Iconologia, dois ramos da História da Arte. A Iconografia estuda o tema, assunto ou mensagem contida na obra de arte. A Iconologia, por sua vez, se preocupa com a interpretação dos valores simbólicos presentes nesta obra de arte. Smit (1996, p.30), detalha os três níveis de leitura de imagem de Panofski:

- nível pré-iconográfico: nele são descritos, genericamente, os objetos e ações representados pela imagem;
- nível iconográfico: estabelece o assunto secundário ou convencional ilustrado pela imagem. Trata-se, em suma, da determinação do significado mítico, abstrato ou simbólico da imagem, sintetizado a partir de seus elementos componentes, detectados pela análise pré-iconográfica;
- nível iconológico: propõe uma interpretação do significado intrínseco do conteúdo da imagem. A análise iconológica constrói-se a partir das anteriores, mas recebe fortes influências do conhecimento do analista sobre o ambiente cultural, artístico e social no qual a imagem foi gerada.

Kossoy (2001), baseando-se nos estudos de Panofski, resume os níveis de análise em dois: a iconografia, que está no nível de descrição e a iconologia, que está o nível da interpretação.

Shatford Layne (1994), também inspirada nos níveis determinados por Panofski, considera que a imagem pode ser “de” algo e “sobre” algo. A identificação de elementos presentes na imagem através da categoria “de” pode ser genérica e específica. A descrição genérica resgata o nível pré-iconográfico de Panofski, enquanto que a descrição específica corresponde ao nível iconográfico. A categoria “sobre” equivale ao nível iconológico, relacionado à contextualização da imagem.

Ao analisar a proposta de Shatford Layne, Rodrigues (2011) esclarece que na análise da imagem, a determinação da categoria “de”, tanto genérico quanto específico, corresponde à etapa da descrição; por sua vez, categoria “sobre” corresponde à interpretação da imagem, ligada à sua tematização.

Smit (1996) apresenta uma grade de análise para representar o conteúdo informacional da imagem fotográfica, reunindo as categorias informacionais “quem”, “onde”, “quando”, e “o que” às categorias “de genérico”, “de específico” e “sobre” de Shatford Layne (Quadro 1).

Quadro 1 Grade de Smit

Categoria	DE		
	Genérico	Específico	Sobre
Quem/ o que			
Onde			
Quando			
Como			

Fonte: Manini (2002, p. 107)

Torezan (2007), por sua vez, estabelece etapas metodológicas para a análise de imagens e descrição do documento fotográfico: Análise primária, Análise Secundária, Análise Complementar e Pesquisa histórica. Cada fase é assim definida:

1. Análise primária: corresponde ao primeiro olhar do profissional da informação sobre a fotografia. Descreve o que se vê na imagem fotográfica;
2. Análise secundária: uma observação mais específica sobre a imagem fotográfica. Corresponde ao nível iconográfico (Panofsky), ou seja, é a etapa em que se faz uma descrição mais profunda dos elementos da fotografia;
3. Análise complementar: esta fase se volta para a descrição de elementos relacionados ao suporte e detalhes técnicos concernentes à produção da imagem. Divide-se em duas partes: análise do suporte e análise da produção da imagem;
4. Pesquisa histórica: esta etapa cobre lacunas referentes a dados informacionais que não se obtém nas etapas anteriores e, é realizada de acordo com a necessidade identificada pelo profissional da informação.

Manini (2002) propõe uma metodologia de análise documentária de imagens fotográficas baseada nos estudos de Panofsky e Shatford Layne. Essa metodologia, além de contemplar as questões levantadas por outros estudiosos, acrescenta o conceito de Dimensão Expressiva da Imagem, definida como “[...] algo ligado à forma da imagem – que se encontra em justaposição ao seu conteúdo informacional.” (MANINI, 2002, p. 90).

Rodrigues (2007), tratando de tematização, propõe os seguintes elementos para a análise de imagens fotográficas:

1. descrição física (formato e tamanho da imagem fotográfica, tipo de suporte, autor, transformações ocorridas a partir do original etc.);
2. composição (objetiva e filtros utilizados, abertura e tempo de exposição, tipo de luz, nível de nitidez dos assuntos, ponto de vista do fotógrafo, profundidade de campo e hierarquia das figuras, enquadramento etc.);
3. contexto arquivístico da foto (relação da mesma com determinado fato ou documento);
4. conteúdo da foto ou assunto – sentido denotativo da foto (descrição do que a foto contém);
5. sentidos conotativos da foto (descrição dos sentidos conotativos concretos e abstratos que a foto pode conter);
6. tematização (enquadrar os sentidos conotativos nos temas que lhes forem adequados).

Rodrigues (2011) utiliza os conceitos de Shatford Layne e aponta que para o estabelecimento do “de” (denotação) e do “sobre” (conotação), que ajudarão a descrever e interpretar a foto para a sua tematização, também devem ser observados alguns “pontos de informação” auxiliares que são perguntas a serem respondidas durante o processo de análise da imagem fotográfica: a) Quem?; b) O que existe? (objetos inanimados); c) O que existe? (construções/edificações e acidentes naturais); d) Onde? (local); e) Onde? (ambiente); f) Quando? (tempo); g) O quê? (ação e/ou estado estático); h) O quê? (significado); i) Como? (técnica para se fazer uma ação). Trata-se de um método aperfeiçoado, com graus de detalhamento e flexibilidade para diferentes níveis de descrição.

Observa-se, portanto, que a fase de leitura e análise da imagem fotográfica é dotada de uma grande complexidade conceitual, sendo importante recorrer a um método que seja objetivo e contemple o máximo de atributos considerados essenciais para a descrição do tipo de imagem fotográfica, bem como represente sua relação com o tipo de repositório no qual está inserido. Como menciona Smit (1996), todo método analítico de fotografia deve contemplar a essência do que está sendo representado, e é sabido que a essencialidade de uma fotografia não se concentra, exclusivamente, no suporte que a caracteriza, mas, sobremaneira, nas ações que a levou a ser produzida, bem como do uso que se fará dela.

5 REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL

As pequenas variações no conceito de repositório institucional se justificam em virtude do mesmo ter surgido no meio acadêmico, garantindo-lhe, assim, certa homogeneidade. De acordo com Crow (2002), os repositórios institucionais podem ser coleções digitais que armazenam, preservam, divulgam e dão acesso à produção intelectual de comunidades universitárias.

Com o avanço tecnológico, a facilidade de uso, acessibilidade e, conseqüentemente com a implantação crescente de repositórios, o seu conceito teve que se adequar abarcando outros tipos de instituições, conforme se verifica na fala de Dodebei (2009, p. 91):

Um repositório institucional é uma base de dados digital e virtual (*web-baseddatabase*), de caráter coletivo e cumulativo (memória da instituição), de acesso aberto e interoperável que coleta, armazena, dissemina e preserva digitalmente a produção intelectual da instituição.

O caráter de preservação, disseminação e armazenamento confere ao repositório o *status* de sistema de informação que oferece um serviço de informação e contribui para a organização da informação de uma instituição. Marcondes e Sayão (2009) também ressaltam essa visão quando afirmam que os repositórios constroem uma rede ou infraestrutura informacional destinada a garantir a guarda, preservação a longo prazo e, principalmente, o livre acesso à produção científica de uma dada instituição. Nesse mesmo sentido, Camargo e Vidotti (2009) consideram os repositórios digitais como locais de armazenamento de coleções digitais de uma determinada instituição ou comunidade, arrolando algumas de suas funções: criação de comunidades e de coleções, cadastro de usuários, gerenciamento de políticas de conteúdos e auto-arquivamento de documentos.

Além da definição de repositórios institucionais, estudos que tratam do assunto apresentam o conceito de repositório temático, que segundo Café *et al.* (2003), é constituído por um conjunto de trabalhos de pesquisa de uma determinada área do conhecimento, disponibilizados na internet. Os autores supramencionados acrescentam que o repositório institucional é a reunião de todos os repositórios temáticos sob a responsabilidade de uma organização.

Dentre as características de um repositório temático, Café *et al.* (2003) citam a tipologia variada de documentos que um repositório pode abranger, pois com o tempo o

repositório temático ultrapassou a ideia inicial de divulgação de *preprints*, passando a contemplar outros tipos de documentos, como, por exemplo, imagens fotográficas.

Neste contexto, os bancos de imagens aparecem como repositórios especializados, como bem define Macedo (2011):

O banco de imagens de uma instituição busca preservar sua memória organizacional e facilitar o compartilhamento de imagens, além de permitir aos usuários armazenar, organizar e recuperar a imagem desejada.

Além de cumprir as funções de compartilhar as imagens, preservar a memória institucional, disseminar informações, dentre outras, o banco de imagens, também contribui para a transparência institucional, a partir do momento que torna disponível seu acervo ao público em geral.

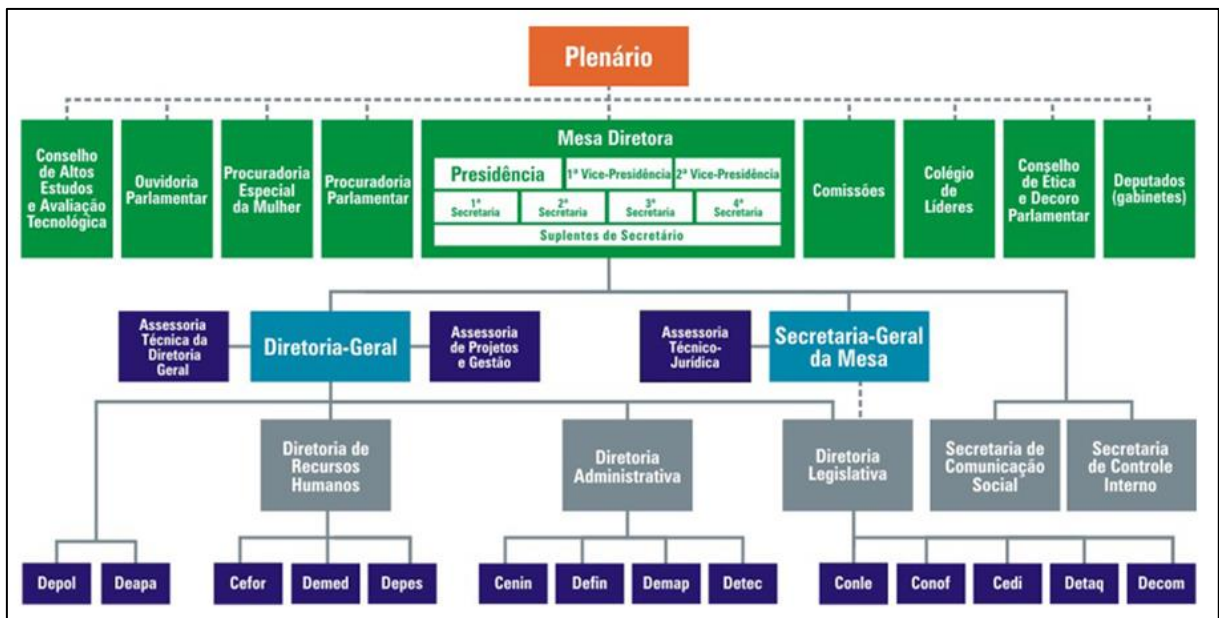
6 CONTEXTUALIZAÇÃO

6.1 Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados é um órgão que compõe o Poder Legislativo brasileiro, exercendo três funções essenciais: representar o povo brasileiro, legislar sobre os assuntos de interesse nacional e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos.

Para desempenhar o seu papel, a Câmara dos Deputados conta com a estrutura de apoio administrativo e legislativo, cuja missão consiste em “dar suporte à atividade parlamentar, com qualidade e ética, de maneira a contribuir para o seu fortalecimento, aperfeiçoamento e transparência” (BRASIL, 2013d).

Figura 1 Estrutura administrativa da Câmara dos Deputados



Fonte: Portal da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2013d).

6.2 Banco de Imagens da Câmara dos Deputados

O Banco de Imagens da Câmara dos Deputados é um serviço de consulta às imagens fotográficas produzidas pela Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados (SECOM), que tem por objetivo disponibilizar as imagens relacionadas aos eventos recentes ocorridos na Câmara dos Deputados para outros órgãos de imprensa, bem como para os órgãos da própria Câmara dos Deputados.

A gestão do BICD é de responsabilidade do Serviço de Arquivo da Coordenação de Conteúdo do Departamento de Mídias Integradas da SECOM. A supervisão da alimentação

dos registros está a cargo da Seção de Reportagem Fotográfica da Coordenação de Jornalismo do Departamento de Mídias Integradas. A cobertura fotográfica dos eventos é de responsabilidade da Seção de Fotografia Institucional da Coordenação de Divulgação Institucional do Departamento de Relações Públicas e Divulgação Institucional da Secretaria de Comunicação. A SECOM passou por uma mudança recente, e sua nova estrutura administrativa está regulamentada pelo Ato da Mesa 68/2013 (Anexo A).

Os processos para alimentação do BICD envolvem atividades desde a definição dos eventos a serem registrados por meio fotográfico, até a inclusão das imagens no banco de dados. Por envolver processos distintos, as atividades estão diluídas em diversos setores da SECOM.

Diariamente é realizada na SECOM uma reunião onde os editores das diversas mídias discutem itens importantes que devem ser cobertos jornalisticamente. O Serviço de Pautas encaminha a pauta aprovada na reunião para a empresa de fotografia terceirizada que presta serviços à Câmara dos Deputados. A pauta produzida tem vigência de uma semana, mas é dotada de flexibilidade, podendo ser alterada conforme prioridades surgidas de última hora.

Após a cobertura do evento, os fotógrafos descarregam as imagens utilizando um arquivo público da SECOM, destinado a facilitar o processo de trabalho. O editor de imagens, funcionário de empresa terceirizada, escolhe as 10 melhores fotos relacionadas a cada pauta, edita as imagens no programa de edição de imagens *Photoshop*, identificando-as. A chefia do fotojornalismo indica aquelas que deverão estar no BICD e confere a identificação de cada item da pauta. Em seguida, as fotos são inseridas no BICD. Para facilitar o fluxo destas atividades, a Câmara dos Deputados adotou o *PhotoWare (photostation)*, um *software* de organização de imagens digitais.

Para inclusão dos registros fotográficos, o BICD utiliza um *software* desenvolvido pelo Centro de Informática da Câmara dos Deputados (CENIN). São utilizados na atividade os seguintes metadados: descrição da imagem (legenda), autor (fotógrafo), data em que foi tirada, hora e local. (Figura 2).

Figura 2 Interface de inclusão das imagens fotográficas

The screenshot displays the 'CÂMARA DOS DEPUTADOS' interface. At the top, there is a header with the logo and name. Below it, a navigation bar contains three main sections: 'Tema do dia', 'Imagens', and 'Sair'. The 'Imagens' section is currently active, showing a sub-menu with 'Incluir' and 'Mostrar' options. Below the navigation bar, there is a form titled 'Incluir imagem'. The form contains several input fields: 'Imagem alta resolução' with a file selection button and the text 'Nenhum arquivo selecionado'; 'Descrição da imagem' with a text input field; 'Autor' with a text input field; 'Data em que foi tirada' with a date picker showing '06/03/2013' and an 'Hora' field; and 'Local' with a text input field. At the bottom right of the form, there are two buttons: 'Enviar' and 'Limpar'.

Fonte: Reprodução interface de entrada de dados *do software Photostation*

O campo de descrição é preenchido com uma legenda de caráter jornalístico, em que são identificadas as pessoas registradas em primeiro plano e/ou o evento, como por exemplo, "reunião de líderes".

Ao inserir a imagem fotográfica no Banco de Imagens, o funcionário classifica a imagem de acordo com o tema do dia previamente definido na pauta. Em um mesmo dia pode haver várias pautas, alcançando a cifra de 25 a 30 pautas em dias de grande fluxo. A tematização é visualizada no resultado de pesquisa, mas não é pesquisável.

Os registros fotográficos inseridos no BICD têm permanência temporária e, em média, são incluídas entre 20 e 50 fotografias por dia.

A fotografia visualizada na interface do Banco de Imagem traz o nome do fotógrafo, uma legenda e a data da fotografia. (Figura 3).

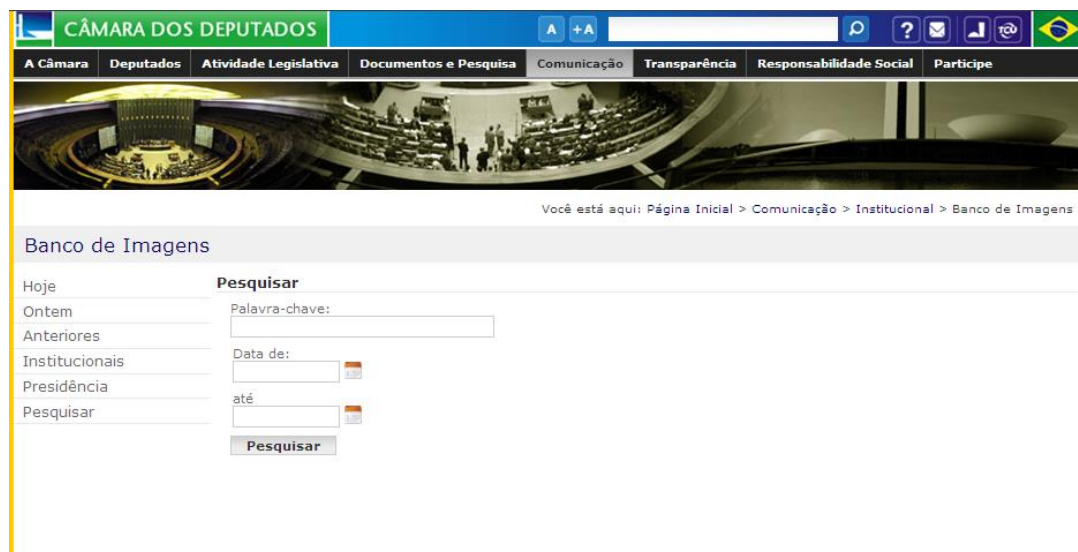
Figura 3 Interface do resultado de pesquisa do BICD



Fonte: BICD (BRASIL, 2013c)

O BICD está disponível por meio do sítio da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2013 c). A consulta no portal é disponibilizada pelo menu na página principal, com as seguintes opções de acesso: hoje / ontem / anteriores / institucionais / presidência / pesquisa. A pesquisa pode ser realizada com a utilização de palavras-chave e data de / data até. (Figura 4).

Figura 4 Interface de pesquisa do BICD



Fonte: BICD (BRASIL, 2013c)

6.2.1 Considerações sobre o BICD

As considerações efetuadas neste capítulo baseiam-se na entrevista realizada com o responsável pelo BICD (Apêndice A), assim como nas observações da autora realizadas por meio da utilização da ferramenta de pesquisa do banco de dados.

De acordo com a literatura visitada, o principal fator a ser considerado na análise das imagens fotográficas refere-se aos objetivos do banco de imagens. A falta de estabelecimentos desses objetivos resulta em dificuldades, tanto no processo de descrição, quanto na atribuição de termos de indexação.

O BICD tem um objetivo claro: disponibilizar imagens dos eventos ocorridos na Câmara dos Deputados para órgãos de imprensa, incluindo os internos (da própria Casa e das assessorias das lideranças e dos deputados) e os externos (jornais e revistas comerciais). A sua forma de organização, administração e tratamento reforça sua característica de serviço de agência de imagens, colecionando imagens fotográficas para informar fatos e acontecimentos ocorridos no dia-a-dia. A eliminação de imagens realizada ocasionalmente reforça este caráter atualístico do BICD. Contudo, não se pode esquecer que, além de gerar consumo imediato, uma agência de imagens pode gerar consumo a médio e longo prazos, o que torna ainda mais pertinente a preocupação com a descrição temática adequada. As imagens fotográficas da Câmara dos Deputados, com característica histórico-documental, de responsabilidade do Arquivo da Câmara dos Deputados, são tratadas em outro sistema de informação.

Para a melhor análise do BICD, tentou-se entender, por meio da entrevista realizada, a sua categorização como repositório. A gerência afirma que o BICD não se designa como um repositório de imagens, tratando-se de um serviço de fotoagência. Ademais, conforme vimos no capítulo 5, os estudiosos reforçam o caráter cumulativo e de preservação da memória institucional inerente a um repositório institucional. Crow (2002) nomeia, dentre outros, o atributo “acumulativo e perpétuo” como característica fundamental de um repositório institucional. Nestes termos, não se deve considerar o BICD como repositório institucional, visto que não há a pretensão de preservação da imagem fotográfica no banco de dados.

Independentemente da condição de banco de dados ou repositório, a descrição de imagens fotográficas no meio digital é realizada por meio de metadados. Gracio (2002) define metadados com um conjunto de elementos que descrevem as informações contidas em um recurso, com o objetivo de possibilitar sua busca e recuperação. O autor complementa que o

termo metadados possui um significado ou um conceito de acordo com o profissional e a área em que é utilizado, mas tem sempre como objetivo principal a descrição da informação para sua busca e recuperação.

Os metadados existentes para descrição das imagens fotográficas no BICD são elementares: descrição, autor, data, local e hora. A pesquisa por assunto disponibilizada na interface para o usuário rastreia os termos utilizados na legenda (que representa o metadado de descrição). De acordo com Rasmussen (1997), esta é a forma mais comum de descrição de imagens, mas oferece um resumo de qualidade muito variável e transmite, mais do que em qualquer outro tipo de indexação, a interpretação particular do conteúdo informacional da imagem ou do contexto na qual ela foi produzida ou utilizada.

Ao se indagar sobre a análise temática das imagens fotográficas, ficou claro que a descrição é feita apenas por meio da legenda, em que são considerados os elementos existentes em primeiro plano, e em alguns casos, apenas a indicação do evento. A legenda é elemento essencial para contextualização da imagem fotográfica, configurando como fonte de informação, conforme destaca Manini (2002, p.22):

[...] para se analisar uma fotografia, não se utilizam apenas os dados imagéticos, mas estes são complementados, retificados ou ratificados com informações obtidas em várias fontes: no título, na legenda, em anotações no verso ou mesmo em outros documentos – manuscritos, em geral – que acompanham a fotografia, representando um grande apoio à identificação.

Assim, a legenda deve funcionar como complemento para o processo de descrição. Para melhor recuperação da informação, faz-se necessário o uso de um metadado de indexação.

O Banco de Imagem não possui um manual de procedimentos, embora a gerência reconheça a importância do documento, tendo em vista que o manual é um instrumento facilitador para o bom desempenho dos processos de trabalho. Além disto, como as atividades desempenhadas no BICD são desenvolvidas em diversos setores da SECOM, (como visto no item 6.2), o manual exerceria papel fundamental ao subsidiar o trabalho de cada servidor envolvido na atividade de representação, padronizando procedimentos e auxiliando na gestão do Banco de Imagens.

Em relação às dificuldades em se efetuar a análise das imagens fotográficas, foi relatado que o maior problema se relaciona à identificação de pessoas fotografadas, principalmente aquelas que não são personalidades envolvidas, de alguma forma, no processo legislativo. Manini (2002, p. 72) relata tal dificuldade:

Na representação da imagem há um referente genérico e outro específico (é o mesmo referente, mas nomeado de forma genérica ou específica), sendo que o reconhecimento deste último não é automático, uma vez que supõe conhecimentos prévios, também específicos.

Os servidores que atuam nas atividades relativas à análise de imagens fotográficas do BICD não são profissionais oriundos da área de informação. Normalmente, são servidores com experiência na área fotográfica. A principal instrução para a descrição de imagens diz respeito ao cuidado necessário quanto à grafia das informações inseridas nas legendas. Caso se adote uma linguagem controlada, será necessário um treinamento adequado para o uso da ferramenta.

Sobre indexação de conteúdos informacionais, a Câmara dos Deputados publicou o Ato da Mesa nº 80, de 31/01/2013 (Anexo B), que dispõe sobre a Política de Indexação de Conteúdos Informacionais, consagrando também o Tesouro da Câmara dos Deputados (TECAD) como a principal linguagem controlada da Casa. Uma das diretrizes da Política de Indexação de Conteúdos Informacionais é a satisfação das necessidades de informação dos usuários internos e das demandas de informação da sociedade referentes à Câmara dos Deputados. Frisa-se que o TECAD ainda está em fase de implantação em diversos setores da Câmara. Assim, o BICD ainda não utiliza o TECAD para padronização de seus processos de descrição imagética, tendo em vista que a sua implantação é recente. No entanto, a utilização do TECAD faz-se iminente, pois além de ser uma determinação normativa, a sua própria existência e vantagens do seu uso superam possíveis dificuldades.

Apesar de não possuir dados estatísticos relacionados ao comportamento de busca de informação no BICD, a gerência acredita que, pelo caráter jornalístico, a busca por imagens se dá, principalmente pelo parâmetro dia (em geral, a data vigente). Tendo em vista o público-alvo do BICD “órgãos de imprensa ou qualquer pessoa interessada” torna-se imprevisível este comportamento de busca. As preferências de busca por data ou palavra-chave de um público tão genérico, só pode ser medida por dados concretos, mapeados eletronicamente.

Com o propósito de ilustrar a dinâmica da recuperação da informação no BICD, onde os termos são atribuídos na legenda da imagem fotográfica, são apresentados, no quadro a seguir, os resultados da pesquisa onde se pretendeu recuperar fotografias relacionadas ao Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados. Recorreu-se para isso a dois termos de pesquisa, a saber: “presidente da Câmara” e “Henrique Eduardo Alves”.

Quadro 2 Resultado de pesquisa no BICD

Termos	Quantidade fotografias recuperadas	Fotografias coincidentes	Variações de termos encontrados
Presidente da Câmara	34	27	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente da Câmara de Representantes da República da Colômbia • Vice presidente da Câmara • Presidente da Câmara Henrique Eduardo
Henrique Eduardo Alves	61		<ul style="list-style-type: none"> • Presidentes da Câmara • Presidente da Casa • Dep. • Deputados • Dep • Presidente • Presidente,

Fonte: Elaborado pela autora

A pesquisa relatada no quadro demonstra que, mesmo se tratando do mesmo referente, a variação de palavras para determiná-lo leva a um resultado bem diverso, tornando a busca mais árdua para o usuário. A não utilização de um instrumento para padronização da descrição é visualizada neste experimento (Quadro 2).

De uma forma geral, o BICD cumpre o objetivo de disponibilizar imagens dos eventos ocorridos na CD, no entanto ficaram evidenciadas algumas dificuldades relacionadas à organização da informação imagética no banco de dados, como a falta de um metadado de indexação e o uso de uma linguagem controlada. Como sugestão de melhoria nestes quesitos, será apresentada no capítulo 8 uma sugestão de metodologia para facilitar a extração dos dados relacionados à representação temática de imagens fotográficas.

7 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do presente trabalho é a análise exploratória. A pesquisa se divide em três partes. A primeira parte é constituída do levantamento bibliográfico sobre métodos de análise de imagem fotográfica. A segunda parte se refere à coleta de dados e levantamento de informações sobre o BICD, que se realizou por meio de entrevista não estruturada com o responsável pelo serviço do Banco de Imagens (Apêndice A), além de observação da recuperação da informação no BICD. Na terceira, com base nos estudos realizados nas etapas anteriores, elege-se um método de análise e leitura de imagens considerado mais pertinente e aplica-o em uma amostra de imagens fotográficas do BICD.

O que se pretende ao sugerir uma metodologia de tratamento da imagem fotográfica é sistematizar o processo de leitura fotográfica com o intuito de facilitar a extração de palavras-chave para posterior tradução em termos de indexação com o uso de uma linguagem documentária.

Considerou-se suficiente para o objetivo desse trabalho estabelecer a amostra num total de seis imagens, tendo em vista que elas reproduzem situações comuns à maioria dos registros imagéticos que compõem o BICD. Trata-se, portanto, de uma amostra não estatística trazendo os seguintes contextos: visita entre personalidades políticas (Figuras 5 e 6); participação de integrantes da CD em eventos e solenidades externas (Figuras 7 e 10); reunião na CD, com participação de figuras políticas externas (Figura 8) e eventos populares (protestos) realizados nas dependências ou imediações da CD (Figura 9).

As imagens selecionadas são exibidas de acordo com sua disponibilização na interface do BICD, acompanhadas de sua respectiva grade de análise e seguida do conjunto de palavras-chave extraídas por meio da leitura imagética.

8 DEFINIÇÃO DO MÉTODO PARA LEITURA DE IMAGENS NO BICD

Dentre as metodologias estudadas no capítulo 4 e, após a análise das características e do perfil institucional do BICD, optou-se pela aplicação da metodologia de Smit (1996) que consiste no emprego das perguntas: quem, onde, quando, como e o quê, e no cruzamento das definições “de genérico”, “de específico” e “sobre” (Quadro 1).

A metodologia de Smit contempla os elementos fundamentais e informação para a análise de imagens, pois ao definir o “de” genérico das fotografias, procede-se a descrição da imagem fotográfica. A definição de “de” específico representa a fase de análise, e o “sobre” corresponde à interpretação do seu significado.

Para prosseguir com a aplicação da metodologia se faz necessária a explicação das categorias informacionais a serem utilizadas, de acordo com a perspectiva de Smit (1996, p.32):

- **Quem** - identificação do ‘objeto focado’: seres vivos, artefatos, construções, acidentes naturais, etc.
- **Onde** - localização da imagem no espaço: espaço geográfico ou espaço da imagem. (p. ex.: São Paulo ou interior de danceteria);
- **Quando** - localização da imagem no tempo: tempo cronológico ou momento da imagem. (p. ex.: junho de 1997 ou dia de verão);
- **Como/O que** - descrição de atitudes ou detalhes relacionados ao ‘objeto focado’ quando este é um ser vivo (p. ex.: cavalo correndo, criança trajando roupa do século XVIII).

Uma pequena alteração no quadro da categoria informacional “O que”, proposta por Manini (2002) é seguida, pois esta categoria, como explica a autora, está mais relacionada ao quem do que ao “como”.

8.1 Aplicação da proposta de análise

Como propósito de facilitar e orientar o preenchimento dos metadados para descrição da imagem fotográfica, propõe-se a leitura da imagem fotográfica, de acordo com os seguintes procedimentos:

- Leitura da imagem fotográfica, submetendo-a às perguntas quem/o que, onde, quando e como;
- Aplicação da grade de Smit (1996) para identificar o “de genérico”, o “de específico” e o “sobre” da imagem fotográfica;
- Apresentação das palavras-chave resultantes do processo.

Quadro 3 Análise 1

Figura 5 Análise 1



Fonte: BICD (BRASIL, 2013c)

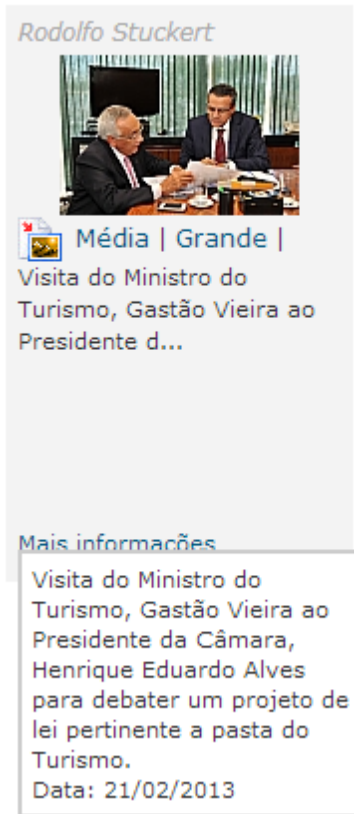
DE			
Categoria	Genérico	Específico	Sobre
Quem/ o que	Presidente da CD Presidente do STF	Deputado Henrique Eduardo Alves Ministro Joaquim Barbosa	Visita que o Presidente da Câmara dos Deputados fez ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, no início da sua gestão legislativa 2013/2014.
Onde	Brasília/DF	Supremo Tribunal Federal	
Quando	Data: 06/02/2013		
Como	Apertando as mãos		

Fonte: Produção do autor com base em Smith (1996)

Palavras-chave: Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa, visita de cortesia, aperto de mãos.

Quadro 4 Análise 2

Figura 6 Análise 2



DE			
Categoria	Genérico	Específico	Sobre
Quem/ o que	Ministro do Turismo Presidente da CD	Gastão Vieira Henrique Eduardo Alves	Visita de cortesia para discussão de assuntos da pasta do Ministério do Turismo
Onde	Câmara dos Deputados	Gabinete do Presidente	
Quando	21/02/2013		
Como	Conversando		

Fonte: Produção do autor com base em Smith (1996)


Palavras-chave: Ministro do Turismo, Gastão Vieira, Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves, Gabinete do Presidente, visita de cortesia, Ministério do Turismo, conversa.

Fonte: BICD (BRASIL, 2013c)

Quadro 5 Análise 3

Figura 7 Análise 3

Rodolfo Stuckert



Mídia | Grande |
Cerimônia de anúncio de redução do custo de energia. Dilma R...

Mais informações

Cerimônia de anúncio de redução do custo de energia. Dilma Rousseff (presidente da República), Guido Mantega (ministro da fazenda), Gleisi Hoffman (ministra chefe da Casa Civil), José Sarney (presidente do Senado), Marco Maia (presidente da Câmara), Edison Lobão (ministro de Minas e Energia)
Data: 11/09/2012

Categoria	DE		Sobre
	Genérico	Específico	
Quem/ o que	Presidente da República Ministro da Fazenda Ministra Chefe da Casa Civil Presidente do Senado Federal Presidente da CD Ministro de Minas e Energia	Dilma Rousseff Ministro Guido Mantega Ministra Gleisi Hoffman Senador José Sarney Deputado Marco Maia Ministro Edison Lobão	Cerimônia de anúncio de redução do custo de energia elétrica
Onde	Palácio do Planalto	Salão Leste	
Quando	11/09/2012		
Como	Anunciando		

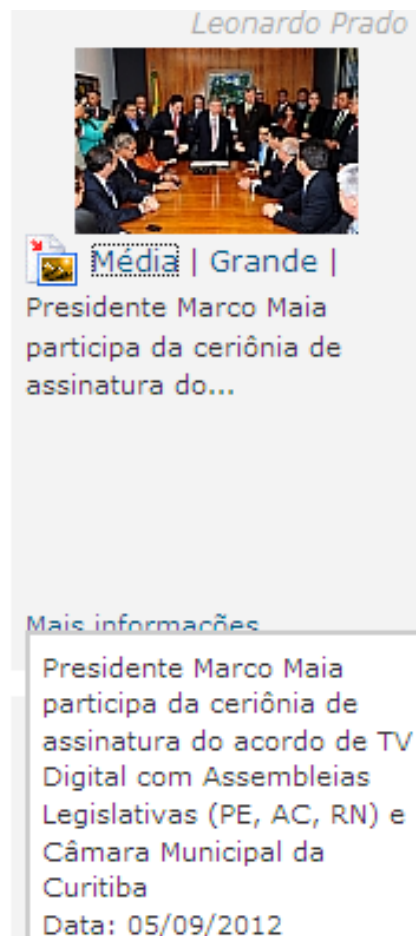
Fonte: Produção do autor com base em Smith (1996)

Palavras-chave: Presidente da República, Dilma Rousseff, Ministro da Fazenda, Guido Mantega, Ministra Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffman, Presidente do Senado Federal, José Sarney, Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão cerimônia, energia elétrica, Palácio do Planalto, Púlpito do Salão Leste, anúncio.

Fonte: BICD (BRASIL, 2013c)

Quadro 6 Análise 4

Figura 8 Análise 4



Categoria	DE		Sobre
	Genérico	Específico	
Quem/ o que	Presidente da CD Assembleia Legislativa de PE Assembleia Legislativa do AC Assembleia Legislativa do RN Câmara Municipal de Curitiba	Deputado Marco Maia	Cerimônia de assinatura do acordo de TV Digital
Onde	Brasília	Câmara dos Deputados	
Quando	05/09/2012		
Como			

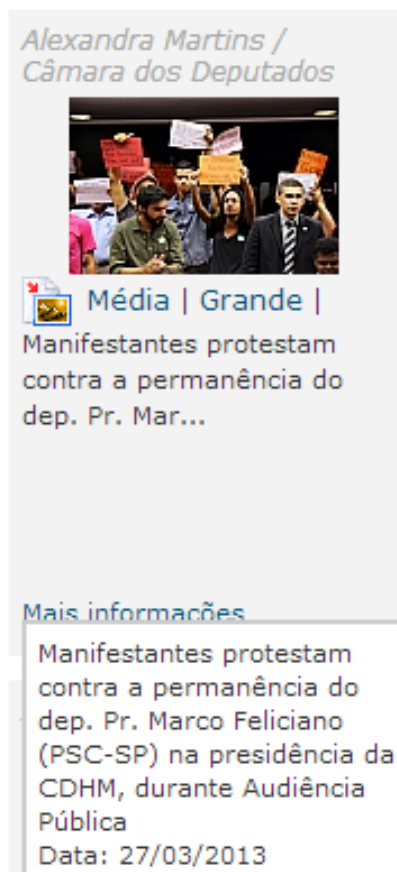
Fonte: Produção do autor com base em Smith (1996)

Palavras-chave: Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, Assembleia Legislativa de Pernambuco (PE), Assembleia Legislativa do Acre (AC), Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (RN), Câmara Municipal de Curitiba, TV Digital, acordo, assinatura.

Fonte: BICD (BRASIL, 2013c)

Quadro 7 Análise 5

Figura 9 Análise 5



Fonte: BICD (BRASIL, 2013c)

	DE		
Categoria	Genérico	Específico	Sobre
Quem/ o que	Manifestantes		Protesto contra a permanência do Deputado Pastor Marco Feliciano na presidência da CDHM
Onde	Câmara dos Deputados	Audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias	
Quando	27/03/2013		
Como	Protestando		


Fonte: Produção do autor com base em Smith (1996)

Palavras-chave: Manifestantes, Câmara dos Deputados, Audiência pública, Comissão de Direitos Humanos e Minorias, protesto, Deputado Pastor Marco Feliciano.

Quadro 8 Análise 6

Figura 10 Análise 6

Sérgio Almeida



Média | Grande |
Presidente da Câmara
Marco Maia, presidente do
STF Joaquim B...

[Mais informações](#)

Presidente da Câmara
Marco Maia, presidente do
STF Joaquim Barbosa, vice-
presidente da República
Michel Temer e presidente
do Senado José Sarney
Palácio do Planalto
Data: 06/12/2012

Fonte: BICD (BRASIL, 2013c)

DE			
Categoria	Genérico	Específico	Sobre
Quem/ o que	Presidente da CD Presidente do STF Vice-Presidente da República Presidente do Senado Federal	Deputado Marco Maia Ministro Joaquim Barbosa Michel Temer Senador José Sarney	Presença do Presidente da Câmara Marco Maia, do Presidente do STF Joaquim Barbosa, do Vice- presidente da República Michel Temer e do Presidente do Senado, José Sarney no velório do arquiteto Oscar Niemeyer
Onde	Brasília	Palácio do Planalto	
Quando	06/12/2012		
Como			

Fonte: Produção do autor com base em Smith (1996)

Palavras-chave: Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa, Vice-Presidente da República, Michel Temer, Presidente do Senado, Senador José Sarney, velório, Oscar Niemayer, arquiteto.

8.2 Apresentação e análise dos resultados

Ao aplicar a grade de Smit, estamos identificando o conteúdo da imagem e assim, extraindo as palavras-chave para indexação. A atribuição dos termos “de específico”, “de genérico” e “sobre”, permite o aprofundamento da análise da imagem. Na Figura 5 temos na categoria “quem” e “de genérico” o termo “Presidente da Câmara”, e no “de específico” o termo “Deputado Henrique Eduardo Alves”. O uso de tais categorias, para identificar o referente, possibilita o acesso à fotografia tanto pelo termo mais abrangente quanto pelo termo mais específico. O “sobre” contextualiza a fotografia.

O preenchimento do “sobre” requer o levantamento de informações que nem sempre se consegue só com a observação da imagem fotográfica, como por exemplo, na Figura 6, onde não se saberia o motivo da visita se não fosse dados preenchidos pelo fotógrafo e indicado na pauta da cobertura do evento.

Neste sentido a pauta exerce papel fundamental na organização do BICD, cumprindo a função de tematizar as imagens. A pauta poderia ser um elemento indexado no BICD, pois traria termos ou palavras-chaves não existentes na legenda, além de permitir o acesso rápido a várias imagens fotográficas em cada busca. Pode-se citar, como por exemplo, a Figura 10, onde existe a indicação dos referentes na legenda, mas não existe menção ao evento, no caso o velório do arquiteto Oscar Niemayer. Um usuário ao usar os termos velório ou Oscar Niemayer, não recuperará a imagem. Por sua vez, a grade de análise aplicada (Quadro 8), permite levantar tais termos representativos: velório, Oscar Niemayer, arquiteto..

O grau de detalhamento das categorias de análise deve ser determinado na política de indexação. No entanto, percebe-se que o “de genérico” e “de específico” já contemplam um nível de detalhamento adequado para a representação de imagens no BICD. Na categoria “quem” a representação das pessoas deve ser realizada por sua função na foto (cargo, título, etc.) no momento registrado, e por seu nome. O Quadro 6, relacionado à análise da Figura 8, exemplifica esta situação: o Deputado Marco Maia, é representado pelo termos “Presidente da Câmara dos Deputados”, pois este era seu cargo no momento do registro: 05 de setembro de 2012.

Sempre que houver possibilidade, deve-se indicar o local onde a fotografia foi feita, podendo ser um espaço geográfico ou um ambiente. Nas análises apresentadas temos diversos exemplos: Brasília, STF (Quadro 3); Câmara dos Deputados, Gabinete do Presidente

(Quadro 4). A importância desta especificação se relaciona com a contextualização da imagem fotográfica.

A categoria “quando” é preenchida com a data relacionada ao momento de captura da imagem, muito facilmente extraída dos dados EXIF (Exchangeable Image File Format)² que acompanham a imagem digital.

Ao tentar representar a categoria “como” da grade, que se refere à descrição das ações que estão sendo executadas pelo referente na imagem, percebeu-se que, no contexto do BICD, os termos resultantes desta análise: apertando as mãos, conversando, anunciando e protestando, não têm dimensão representativa para serem utilizados como descritores na recuperação da informação. Sugere-se a supressão da categoria, ou estudo mais aprofundado a respeito das vantagens de seu uso, principalmente sob o ponto de vista da tradução para uma linguagem controlada.

Para efetuar a análise da imagem fotográfica, além das informações extraídas da própria fotografia, existe a necessidade de se estabelecer uma base de conhecimento para o indexador, com o intuito de que ele tenha segurança no processo de obter as informações necessárias para a contextualização da imagem fotográfica. O conhecimento do perfil da instituição, assim como dos objetivos do Banco de Imagens é fundamental para que o indexador realize seu trabalho.

² Os Metadados EXIF (Exchangeable Image File Format) foram criados pela JEITA – Japan Electronics and Information Technology Industries Association e permitem a todas as câmeras fotográficas digitais (desde as altamente profissionais até aquelas incorporadas aos telefones celulares) gravarem automaticamente informações técnicas sobre uma foto no momento da sua captura. Essas informações são gravadas juntamente com a imagem e posteriormente transmitidas para os computadores, programas de tratamento de imagens, softwares de organização e recuperação de imagens e bancos de imagens onde as fotos estão armazenadas (RODRIGUES, 2011, p. 228)

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estabelecimento de diretrizes para a descrição física e temática de itens fotográficos digitais necessitou de um levantamento bibliográfico a respeito do tema abordado e foi essencial para a fundamentação teórica sobre o tema e identificação das metodologias empregada para o tratamento da informação imagética.

A caracterização do Banco de Imagens da Câmara dos Deputados, como um serviço e não como um repositório, auxiliou no direcionamento da busca por uma metodologia de representação da informação imagética que fosse simples e de fácil aplicação.

Sendo um serviço de imagens que subsidia notícias, a rapidez com que a imagem deve ser disponibilizada, após capturada, torna-se elemento fundamental para suprir as necessidades do usuário. Levando em consideração este caráter noticioso, a grade de Smit, metodologia proposta neste estudo, se revelou adequada para identificação das principais características representativas da imagem fotográfica.

A aplicação da metodologia sinalizou a necessidade de criação de um metadado para os descritores. A legenda é elemento fundamental para contextualizar a imagem, não se pode prescindir dela, mas também, esta não pode ser utilizada como elemento principal de recuperação da informação.

Verificou-se a necessidade de adoção de uma linguagem controlada para indexação dos termos extraídos através da grade de análise.

Com a adoção da linguagem controlada, será necessário um manual de procedimentos para otimizar as ações dos processos de trabalho do BICD.

Dois grandes passos já foram dados na Câmara dos Deputados rumo a excelência na recuperação da informação e otimização dos processos informacionais, que podem beneficiar diretamente o BICD. O primeiro passo foi elaboração da Política de Indexação de Conteúdos Informacionais da Câmara dos Deputados, que colabora para otimizar os serviços de recuperação da informação. O segundo passo diz respeito à criação do Tesouro da Câmara dos Deputados. O emprego de um instrumento de representação e recuperação da informação contribui imensuravelmente para resolução das questões relacionadas à padronização de termos. O CEDI – Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, como órgão responsável por supervisionar a implantação da Política de Conteúdos Informacionais e

gerenciar o TECAD, poderá ser um excelente parceiro para implementar o uso do tesauro no BICD.

REFERÊNCIAS

- ABNT. **NBR 12676**: métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.
- ALMEIDA, M. C. B. de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2005.
- AMARAL, L. **A importância do tratamento intelectual das fotografias visando à recuperação da imagem**. 2009. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- BARBOSA, A. G.; SILVA, R. P. da. **Arquivos fotográficos**: análise documental e descrição arquivística. 2010. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) – Departamento de Arquivologia do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito, Espírito Santo, 2010.
- BARTHES, R. **A Câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. 185 p.
- BOCCATO, V. R. C.; FUJITA, M. S. L. Discutindo a Análise Documental de Fotografias: uma síntese bibliográfica. **Cadernos de Biblioteconomia Arquivística e Documentação**. Lisboa, n. 02, p. 84-100, 2006.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985.
- BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008, São Paulo, **Anais...** São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <<http://www.ancib.org.br/media/dissertacao/1835.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2013.
- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Ato da Mesa n. 68 de 08 de janeiro de 2013**. Dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados e dá outras providências... Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2013/atodamesa-68-8-janeiro-2013-775053-norma-cd.html>>, Acesso em 15 mar. 2013.
- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Ato da Mesa nº 80, de 31/01/2013**. Dispõe sobre a Política de Indexação de Conteúdos Informativos, o Tesouro da Câmara dos Deputados e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2013/atodamesa-80-31-janeiro-2013-775250-norma-cd.html>>. Acesso em: 15 mar. 2013.
- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Banco de Imagens da Câmara dos Deputados**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/bancoimagem/>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Estrutura administrativa**. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/a-camara/estruturaaadm>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

CAFÉ, L. et al. Repositórios institucionais: nova estratégia para publicação científica na Rede. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2003.

CAMARGO, L. S. de A. de; VIDOTTI, S. A. B. G. Arquitetura da informação para repositórios científicos digitais. In: SAYÃO, L.; TOUTAIN, L. B.; ROSA, F. G.; MARCONDES. C. H. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 55-82.

CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E. Taxonomia e classificação: princípios de categorização. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, v.9, n.4, ago/2008. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago08/Art_01.htm>. Acesso em: 31 de jan. de 2013.

CROW, R. **The case for institutional repositories: a SPARC position paper**. Washington - DC: The Scholarly Publishing & Academic Resources Coalition, 2002. Disponível em: <http://www.arl.org/sparc/bm~doc/ir_final_release_102.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2013.

CUNHA, I. M. R. F.. Análise Documentária. In: SMIT, J. W. **Análise documentária: a análise da síntese**. Brasília: IBICT, 1987. p. 37-60.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTE, C. R. de O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DODEBEI, V. Repositórios institucionais: por uma memória criativa no ciberespaço. In: SAYÃO, L.; TOUTAIN, L. B.; ROSA, F. G.; MARCONDES. C. H. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 83-106.

FILARDI, A. L. **Análise e avaliação de técnicas de interação humano-computador para sistemas de recuperação de imagens por conteúdo baseadas em estudo de caso**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências de Computação e Matemática Computacional) - Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/55/55134/tde-06122007-123935/>>. Acesso em: 07 fev. 2013.

GOMES, H. E; CAMPOS, M. L. A. Tesouro e normalização terminológica: o termo como base para intercâmbio de informações. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 6, dez. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez04/Art_02.htm>. Acesso em: 21 mar. 2013.

GRÁCIO, J. C. A. **Metadados para a descrição de recursos da Internet: o padrão Dublin Core, aplicações e a questão da interoperabilidade**. 2002. 127f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2002.

KOSSOY, B. **Fotografia & história**. São Paulo: Ateliê, 2001.

KOSSOY, B. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê, 2002.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2.ed. Brasília : Briquet de Lemos, 2004.

LEIVA, I. G. Aspectos conceituais da Indexação. In: LEIVA, I. G.; FUJITA, M. S. L. (Ed.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 31-105.

MACEDO, M. V. R. et al. A construção do banco de imagens em uma instituição de ensino superior. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24. 2011, Maceió. **Anais...** São Paulo: Febab, 2011. Disponível em: <http://febab.org.br/congressos/index.php/cbbd/xxiv/paper/view/292/395> Acesso em: 31 jan. 2013.

MACULAN, B. C. M. S. **Manual de normalização: padronização de documentos acadêmicos do NITEG/UFMG e do PPGCI/UFMG**. 2. ed. atual. e rev. Belo Horizonte: UFMG, 2011. E-Book. ISBN 978-85-914076-0-6. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/normalizacao>>. Acesso em: 08 abr. 2013.

MANINI, M. P. **Análise documentária de fotografias: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MANINI, M. P. A fotografia como registro e como documento de arquivo. In: BARTALO, L.; MORENO, N. A. (Org.). **Gestão em arquivologia: abordagens múltiplas**. Londrina: Eduel, 2008. p. 121-183.

MARCONDES, C. H.; SAYÃO, L. F. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, L.; TOUTAIN, L. B.; ROSA, F. G.; MARCONDES, C. H. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. P. 9-21.

MOOERS, C. N. Zatacoding applied to mechanical organization of knowledge. **American Documentation**, Washington, v.2, p. 20-32, 1951.

NUNES, C. O. **Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras**. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=11141>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

NUNES, P. M. O que a imagens fazem. In: MANINI, M. P.; MARQUES, O. G.; MUNIZ, N. C. (Org.). **Imagem, memória e informação**. Brasília: Ícone Editora e Gráfico, 2010. p. 51-80.

PANOFSKY, E. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

PIERCE, Charles S. **Semiótica**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

RASMUSSEN, Edie M. Indexing images. **Annual Review of Information Science and Technology (ARIST)**, Medford, NJ, v. 32, p. 169-196, Jan. 1997.

PORTO, R. M. A. B. **Sistema de recuperação de informação visual em desenhos técnicos de engenharia e arquitetura**: modelo conceitual, esquema de classificação e protótipo. 2007. 255 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2007. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ECID-79CP7G>> Acesso em: 15 abr. 2013.

RODRIGUES, R. C. Análise e tematização da imagem fotográfica. **Ciência da Informação**, v. 36, n. 3, p. 67-76. set./dez. 2007.

RODRIGUES, R. C. **Análise e tematização da imagem fotográfica**: determinação, delimitação e direcionamento dos discursos da imagem fotográfica. 323 f. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

RUBI, M. P. Os princípios da política de indexação na análise de assunto para catalogação: especificidade, exaustividade, revocação e precisão na perspectivas dos catalogadores e usuário. In: FUJITA, M. S. L. (Org.). **A indexação de livros**: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias: um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 81-93.

SBARAI, R.; HONORATO, R. Fotografia, o motor das redes sociais. In: **Veja.com**, 12 abr. 2012. Disponível em:< <http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/fotografia-o-motor-das-redes-sociais>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

SHATFORD LAYNE, S. Some issues in the indexing of images. **Journal of the American Society for Information Science**, Washington, v. 45, n. 8, p. 583-588, 1994.

SMIT, J. W. A representação da imagem. In: **Informare**: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 28-36, jul./dez.1996.

TOREZAN, I. M. V. **Fotografia e informação**: aspectos gerais da análise e indexação da imagem. 2007. 121 f. Dissertação (Mestre em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista

Entrevista como responsável pelo Banco de Imagens da Câmara dos Deputados Departamento de Mídias Integradas – Serviços de Arquivo Integrado Secretaria de Comunicação da Câmara dos Deputados

1. Qual o objetivo do Banco de Imagens da Câmara dos Deputados (BICD)?

O Banco de Imagens é um serviço de fotoagência. Seu objetivo é deixar imagens dos eventos ocorridos na Câmara dos Deputados disponíveis para outros órgãos de imprensa, incluindo os internos (da própria Casa e das assessorias das lideranças e dos deputados) e os externos (jornais e revistas comerciais).

2. Qual o público-alvo do BICD?

O BICD é direcionado para órgãos de imprensa (tem caráter jornalístico), mas pode ser usado por qualquer pessoa interessada e com acesso à Internet.

3. O BICD é considerado um repositório de imagens fotográficas³? Justifique.

Não. Ele é um serviço de fotoagência. O repositório é o arquivo fotográfico.

4. O BICD consiste na principal fonte de informação imagética para os processos de trabalho da Câmara dos Deputados?

Ele é a única fonte de informação disponível na Internet, mas não contempla todos os processos de trabalho da CD, apenas os de interesse jornalístico.

5. Em que ano foi criado o BICD?

Não sei informar.

6. Quantos registros o BICD possui?

Os registros não são permanentes. Havia uma média de 20 a 50 fotos entrando no BICD por dia, mas atualmente, esta média está menor.

7. Existem dados estatísticos quanto ao acesso e perfil de usuários do BICD?

Talvez o Cenin saiba ou pode conseguir estes números.

8. O funcionamento do BICD é regulamentado por algum ato normativo?

Não que eu saiba.

9. Há restrições quanto ao uso das fotos para fins diversos?

³ “Um repositório institucional é uma base de dados digital e virtual (*web-based database*), de caráter coletivo e cumulativo (memória da instituição), de acesso aberto e interoperável que coleta, armazena, dissemina e preserva digitalmente a produção intelectual da instituição.” (Dodebei, 2009)

Não há um Termo de Uso para os usuários do BICD. Acho que seria uma boa ideia incluir um. Há uma escolha criteriosa das imagens que vão fazer parte do BICD.

10. As fotografias inseridas no BICD são armazenadas em caráter permanente?

Não.

11. Quem é o responsável pela gerência do BICD?

O BICD é responsabilidade do Serviço de Arquivo da Coordenação de Conteúdo do Dept. de Mídias Integradas da SECOM, mas ele é alimentado sob supervisão da Seção de Reportagem Fotográfica da Coordenação de Jornalismo do D. Mídias Integradas e, sua parte institucional é responsabilidade da Seção de Fotografia Institucional da Coordenação de Divulgação Institucional do Departamento de Relações Públicas e Divulgação Institucional da SECOM.

Antes de abril de 2012, existia o Serviço Fotográfico que centralizava todas as ações referentes à fotografia na Casa. Com a reestruturação da SECOM, os serviços relativos à fotografia ficaram divididos em três serviços/seções diferentes, e as rotinas de trabalho ainda estão sendo reorganizadas, já que os três setores ficaram carentes de pessoal.

12. Quais os setores da Câmara dos Deputados envolvidos no processo de trabalho do BICD?

No Dept. de Mídias Integradas – Serviço de Arquivo e Seção de Reportagem Fotográfica. No Dept. de RP e Divulgação Institucional – Seção de Fotografia Institucional, da Coordenação de Divulgação Institucional.

13. Qual o fluxo de entrada de registro no Banco de Imagens? Quantos por dia/mês?

Havia uma média de 20 a 50 (já chegou a 80) fotos por dia na época do antigo Sefot, mas acredito que esta média hoje é menor.

14. Quantos profissionais compõem a equipe de trabalho do BICD e quais as funções desempenhadas?

No Dept. de Mídias Integradas temos o chefe de reportagem fotográfica que vê as fotos e indica as que devem ser inseridas. A inserção das fotos, e eventual tratamento, é executada por dois funcionários da empresa que terceiriza os serviços de reportagem fotográfica.

Eu não saberia dizer quantos funcionários fazem este trabalho na Seção de Fotografia Institucional, mas, pelo reduzido da equipe, acredito que um ou dois.

Estes números não incluem os fotógrafos que fazem as fotos.

15. Há uma seleção prévia de documentos a serem inseridas no BICD? Em caso afirmativo, quais os critérios utilizados?

Sim. O critério utilizado é o interesse jornalístico (fotos de eventos relevantes). Além disso, as fotos devem estar com foco, bem tiradas, e não podem mostrar ninguém em momento vexatório ou que possa servir de motivo para ridicularizar a pessoa.

16. Qual o *software* utilizado para operacionalização do BICD? Trata-se de uma solução tecnológica desenvolvida ou adquirida pela Câmara dos Deputados? Sabe a razão pela qual a escolha recaiu na compra ou no desenvolvimento interno do *software*?

O software se chama Banco de Imagens e foi desenvolvido pelo próprio Cenin, não sei dizer o porquê de se ter optado por uma solução própria.

17. Quais os metadados utilizados para descrição física e temática das imagens fotográficas?

Descrição da imagem / autor / data em que foi tirada / hora / local.

18. Quais os metadados utilizados para a recuperação da informação?

Nós não recuperamos informação pelo Banco de Imagens, apenas o usuário. Há um menu lateral, na página principal do banco de imagens, com os seguintes itens: hoje / ontem / anteriores / institucionais / presidência / pesquisa. O item pesquisa prevê que ela pode ser feita por palavra-chave e data (de e até).

19. São adotadas regras para descrição física das imagens fotográficas? Em caso afirmativo, quais são os instrumentos utilizados?

Não, é feita apenas uma legenda, de caráter jornalístico e, por falta de pessoal, cada vez com menos informação.

20. São adotadas regras para descrição temática das imagens fotográficas? Em caso afirmativo, quais são os instrumentos utilizados?

Não, é feita apenas uma legenda, de caráter jornalístico e, por falta de pessoal, cada vez com menos informação.

21. Em caso do uso da linguagem natural na descrição temática das imagens fotográficas, são adotados critérios na escolha de termos?

Há que se usar os termos oficiais da Câmara dos Deputados e colocar a informação necessária para se identificar quem está na foto.

22. Atualmente o *software* utilizado alcança os objetivos propostos pelo BICD?

Sim. Ele tem um problema fundamental para os usuários internos da SECOM (Jornal, Agência Câmara e Portal CamaraNet) porque não permite o uso das fotos diretamente no aplicativo usado por eles (é necessário fazer uma cópia da foto em outro sistema e, daí, o upload para as reportagens), mas este é um problema que atinge mais o pessoal do Jornalismo do que quem alimenta o Banco de Imagens.

23. O processo de trabalho referente às imagens fotográficas consta em manuais?

Não, mas deveria.

24. O BICD está apto a efetuar um atendimento às necessidades de seus usuários, seja em relação ao tempo (de incorporação da imagem no BICD ou de espera do usuário na exibição de resultados), a pertinência e a qualidade técnica?

Sim.

25. Existe alguma preocupação quanto à segurança da imagem (armazenamento, *backups*, arquivos de segurança etc.)?

Não. O BICD não é repositório – para isto, há o acervo fotográfico, muito mais amplo. É apenas um serviço de fotoagência. Segundo me foi informado, as fotos ficam apenas três meses no Banco de Imagens e, depois disso, são deletadas para dar lugar a outras fotos.

26. No processo de análise temática das imagens fotográficas, quais os elementos considerados? Há situações em que elementos do segundo plano são, também, representados?

É feita apenas uma legenda de caráter fotográfico, identificando as pessoas que estão em primeiro plano. Em muitos casos, não há a indicação das pessoas, apenas do evento (por exemplo: reunião de líderes).

27. Quais as principais dificuldades na análise de imagens fotográficas?

Falta de informação sobre as pessoas fotografadas (quem são e o que fazem na CD).

28. Os analistas/indexadores recebem algum tipo de formação para atuarem nas atividades relativas à análise de imagens fotográficas? Em caso afirmativo, diga como isso se dá.

Em geral, são editores de fotografia, com experiência no ramo e “olhar fotográfico”. Há apenas que tomar cuidado com a grafia das informações inseridas nas legendas.

Não há indexação nas fotos inseridas no Banco de Imagens, apenas uma legenda de caráter jornalístico. Quem insere as fotos no BICD (em geral, são editores de

fotografia, com experiência no ramo e “olhar fotográfico) preenche apenas alguns campos com informações sobre o evento e o nome do fotógrafo. São metadados bastante básicos.

29. Normalmente as expressões de busca utilizadas pelos usuários coincidem com aquelas utilizadas pelos analistas/indexadores?

Como o Banco de Imagens tem caráter jornalístico, acreditamos que os principais usuários buscam as fotos pelo dia atual e não pelos mecanismos de busca.

30. O órgão gestor repertoria reclamações relativas às dificuldades enfrentadas quanto ao uso do BICD?

Nossa principal dificuldade é com relação aos fotógrafos da Casa (servidores que atuam como fotógrafos, já que não existe esta carreira na CD) que, em geral, não identificam seus fotografados.

ANEXO A – Ato da Mesa nº 68, de 08/01/2013

Dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados e dá outras providências.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 4º da Resolução nº 46, de 2006, RESOLVE:

Art. 1º A Secretaria de Comunicação Social é composta das seguintes unidades administrativas:

- I - Departamento de Mídias Integradas;
- II - Departamento de Relações Públicas e Divulgação;
- III - Coordenação de Apoio Técnico Administrativo;
- IV - Coordenação de Participação Popular;
- V - Centro Cultural Câmara dos Deputados.

Art. 2º A estrutura administrativa da Secretaria de Comunicação Social é a constante do Anexo I deste Ato.

Art. 3º Ficam renomeadas e remanejadas as funções comissionadas constantes do Anexo II deste Ato.

Art. 4º Ficam extintas as funções comissionadas constantes do Anexo III deste Ato.

Art. 5º Ficam criadas as funções comissionadas constantes do Anexo IV deste Ato.

Art. 6º As competências das unidades administrativas e dos titulares das funções comissionadas da Secretaria de Comunicação Social são as constantes dos Anexos V e VI deste Ato, respectivamente.

Art. 7º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Em 08/01/2013 - MARCO MAIA, Presidente. (Suplemento ao DCD nº 04 de 09/01/2013.

ANEXO I

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Secretaria de Comunicação Social

Coordenação de Apoio Técnico Administrativo

Coordenação de Participação Popular

Seção de Acompanhamento e Análise de Audiência

Centro Cultural Câmara dos Deputados

Núcleo de História, Arte e Cultura

Núcleo de Museu

Departamento de Mídias Integradas

Seção de Apoio Administrativo

Coordenação de Rede Legislativa de Rádio e TV

Coordenação de Jornalismo

Serviço de Reportagem

Seção de Reportagem - 1ª edição

Seção de Reportagem - 2ª edição

Serviço de Edição da Agência Câmara

Seção de Fechamento da Agência Câmara – 1ª edição

Seção de Fechamento da Agência Câmara – 2ª edição

Seção de Fechamento da Agência Câmara – 3ª edição

Serviço de Edição da Rádio Câmara

Seção de Fechamento da Rádio Câmara – 1ª edição

Seção de Fechamento da Rádio Câmara – 2ª edição

Serviço de Edição da TV Câmara

Seção de Fechamento da TV Câmara – 1ª edição

Seção de Fechamento da TV Câmara – 2ª edição

Serviço de Edição do Jornal da Câmara

Seção de Fechamento do Jornal da Câmara

Serviço de Pauta

Seção de Fotojornalismo

Coordenação de Conteúdo

Seção de Arte

Seção de Programação de Rádio e TV

Serviço de Arquivo

Serviço de Edição do Portal de Notícias

Seção de Fechamento do Portal de Notícias – 1ª edição

Seção de Fechamento do Portal de Notícias – 2ª edição

Seção de Fechamento do Portal de Notícias – 3ª edição

Coordenação de Programas e Documentários

Serviço de Programas

Seção de Programas Frequentes

Seção de Programas por Temporada

Seção de Programas Culturais

Serviço de Documentários

Seção de Produção Executiva de Documentários

Serviço Voz do Brasil

Coordenação de Infraestrutura Tecnológica

Seção de Suprimentos

Departamento de Relações Públicas e Divulgação

Seção de Apoio Administrativo

Serviço de Planejamento de Comunicação

Seção de Atendimento

Seção de Planejamento

Serviço de Publicidade

Seção de Produção

Seção de Criação

Serviço de Programas Institucionais e Relacionamento com a Comunidade

Seção de Visitação

Seção de Promoção Social e Cidadania

Seção de Relacionamento com o Público Infanto-juvenil

Coordenação de Eventos e Cerimonial

Seção de Eventos Legislativos e Administrativos

Seção de Eventos Protocolares e Solenidades

Coordenação de Divulgação

Seção de Fotografia Institucional

Serviço de Gestão dos Portais

Serviço de Assessoria de Imprensa

ANEXO B - Ato da Mesa nº 80, de 31/01/2013

Dispõe sobre a Política de Indexação de Conteúdos Informativos, o Tesauro da Câmara dos Deputados e dá outras providências.

A Mesa da Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política de Indexação de Conteúdos Informativos da Câmara dos Deputados, compreendendo princípios, objetivos, diretrizes, requisitos, competências e atribuições para a indexação de conteúdos informativos.

Parágrafo Único. Para efeito desta norma, entende-se por indexação o processo de análise e representação do conteúdo informativo dos documentos por meio da aplicação de uma linguagem documental, a fim de facilitar a recuperação de informações.

Art. 2º. O Tesauro da Câmara dos Deputados (Tecd) é o instrumento de linguagem documental que reflete e controla a terminologia dos domínios temáticos relevantes para a Câmara dos Deputados.

Parágrafo Único. O Tesauro da Câmara dos Deputados é composto de lista estruturada de termos, além de glossários, siglários, diretórios e produtos de controle terminológico.

CAPÍTULO II DA POLÍTICA

Seção I Dos Princípios e Objetivos

Art. 3º A Política de Indexação de Conteúdos Informativos rege-se pelos princípios da transparência, da efetividade, da eficiência, da qualidade, da imparcialidade e da acessibilidade.

Art. 4º São objetivos da Política de Indexação de Conteúdos Informativos:

I. Garantir a excelência da indexação de conteúdos informativos, com vista à recuperação tempestiva de informações relevantes e pertinentes aos processos de trabalho da Câmara dos Deputados e às demandas dos cidadãos;

- II. Definir e implantar parâmetros corporativos de qualidade da indexação;
- III. Estabelecer práticas uniformes de indexação para os diferentes tipos documentais.

Seção II

Das Diretrizes

Art. 5º. São diretrizes da Política de Indexação de Conteúdos Informacionais:

- I. Satisfação das necessidades de informação dos usuários internos e das demandas de informação da sociedade referentes à Câmara dos Deputados;
- II. Realização da indexação com base nos conceitos contidos nos documentos;
- III. Participação dos gestores e responsáveis por sistemas de informação na implantação e na execução da Política, especialmente no tocante à adaptação de suas diretrizes e requisitos aos tipos documentais específicos;
- IV. Utilização do Tesauro da Câmara dos Deputados como linguagem documentária de representação dos conceitos contidos nos documentos;
- V. Utilização preferencial do termo específico, constituindo-se o termo genérico em exceção;
- VI. Seleção de acervos, coleções e documentos a serem indexados, baseada em sua relevância em relação:
 - a. à execução, ao acompanhamento, à avaliação e ao controle das atividades diretamente relacionadas à missão da Câmara dos Deputados;
 - b. à memória institucional;
 - c. à gestão do conhecimento no âmbito da Casa;
 - d. à gestão de processos de trabalho na Casa.

Seção III

Dos Requisitos

Art. 6º A implantação e aperfeiçoamento da Política de Indexação de Conteúdos Informacionais na Câmara dos Deputados requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

- I. Integração do Tesauro da Câmara dos Deputados a ferramenta de busca federada, com pelo menos as seguintes características e funcionalidades:
 - a. realização de busca relacionando automaticamente os argumentos de pesquisa aos termos constantes no Tesauro da Câmara dos Deputados;

b. mecanismo de controle de ocorrências de termos nas interfaces de indexação e busca, inclusive os presentes em taxonomias e folksonomias, com a finalidade de ensejar avaliações para futuras atualizações do Tesouro da Câmara dos Deputados.

II. Sistemas informatizados com, pelo menos, as seguintes características e funcionalidades:

a. metadado ou campo de indexação com previsão dos limites para o número de descritores;

b. integração ao Tesouro da Câmara dos Deputados;

c. termos de indexação visíveis ou passíveis de visualização pelo usuário no resultado de busca;

d. campos para formas complementares de indexação, tais como resumo, nota, taxonomia e folksonomia, quando couber;

e. interface padronizada de pesquisa de acordo com art. 14 inciso VI;

f. recurso de busca avançada com a possibilidade de combinações de campos e termos;

g. tutorial e ajuda de campo na entrada de dados e na interface de pesquisa.

III. Capacitação contínua dos servidores envolvidos no processo de trabalho de indexação;

IV. Elaboração e implementação dos manuais de indexação específicos para cada tipo documental, prevendo:

a. rotinas e procedimentos de indexação;

b. definição precisa dos documentos a serem indexados, com base nas diretrizes expressas no art. 5º, inciso VI;

c. documentos ou coleções que não serão indexados;

d. descrição dos recursos de pesquisa disponíveis nos sistemas de informação associados;

e. quantidade máxima de descritores utilizados na indexação de cada tipo documental;

f. disseminação e revisão periódica.

CAPÍTULO III

DO TESAURO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Seção I

Dos Objetivos

Art. 7º São objetivos do Tesauro da Câmara dos Deputados:

I. Reduzir a ambiguidade no processo de indexação;

II. Aumentar a precisão da recuperação da informação nos sistemas e repositórios de informação da Câmara dos Deputados.

Seção II

Do Desenvolvimento

Art. 8º O Tesauro da Câmara dos Deputados é a linguagem documentária para representação dos conceitos contidos nos documentos dos acervos da Casa.

Parágrafo Único. A utilização de outra linguagem para a representação de assunto, por força de convênios, acordos ou participação em redes, estará sujeita à aprovação e regulamentação pelo Centro de Documentação e Informação - CEDI.

Art. 9º São princípios para a extração, estudo, definição e homologação dos termos do Tesauro da Câmara Dos Deputados:

I. Garantia literária obtida por meio do estudo da literatura especializada e autorizada;

II. Garantia de usuário obtida por meio da avaliação semântica dos termos realizada por especialistas;

III. Garantia de uso obtida por meio de testes de busca e recuperação dos termos nos sistemas informatizados.

Art. 10. O Tesauro da Câmara dos Deputados deverá ser gerenciado em sistema específico observando as necessidades e peculiaridades da Casa.

Art. 11. Os descritores, não descritores, suas correlações e a organização terminológica serão definidos de acordo com o art. 14, inciso III.

Art. 12. Os termos não contemplados no Tesauro da Câmara dos Deputados, considerados imprescindíveis para a representação de assunto, deverão ser encaminhados à unidade gestora do Tesauro da Câmara dos Deputados como termos candidatos.

CAPÍTULO IV

DA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE INDEXAÇÃO

Art. 13. O Centro de Documentação e Informação - Cedi é o órgão responsável por coordenar e supervisionar a implantação da Política de Indexação de Conteúdos Informatizados da Câmara dos Deputados e por desenvolver e gerenciar o Tesouro da Câmara dos Deputados, em articulação com as demais unidades administrativas.

Art. 14. Compete ao Cedi, no âmbito da Política de Indexação de Conteúdos Informatizados:

I. Estabelecer padrões a fim de uniformizar e garantir a qualidade da indexação, em conjunto com as unidades administrativas;

II. Criar e acompanhar indicadores específicos para avaliar a indexação e a recuperação da informação;

III. Estruturar e manter o Tesouro da Câmara dos Deputados;

IV. Desenvolver e coordenar ações voltadas ao controle vocabular em conjunto com as unidades administrativas e outros órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário;

V. Definir requisitos mínimos para as interfaces de indexação, busca e apresentação de resultados dos sistemas informatizados, de forma a manter a padronização;

VI. Validar as ferramentas de busca federada conforme os requisitos definidos para as interfaces de indexação, busca e apresentação de resultados dos sistemas informatizados;

VII. Elaborar em conjunto com as unidades administrativas, os manuais de indexação;

VIII. Validar os manuais de indexação;

IX. Assessorar as unidades administrativas na elaboração de projetos de indexação dos acervos legados da Casa;

X. Promover debates e estudos sobre indexação de conteúdos informatizados;

XI. Promover a comunicação e a integração entre os indexadores e os setores de atendimento e pesquisa da Casa;

XII. Propor a capacitação técnica dos profissionais que realizam indexação;

XIII. Divulgar a Política de Indexação de Conteúdos Informatizados;

XIV. Submeter ao Comitê Gestor de Conteúdos Informatizados as propostas de alterações na Política.

Art. 15. Compete às unidades administrativas responsáveis por sistemas de informação:

- I. Cumprir a Política de Indexação de Conteúdos Informativos da Câmara dos Deputados;
- II. Propor alterações na Política;
- III. Participar da elaboração de padrões de indexação em conjunto com o Cedi;
- IV. Participar da definição dos requisitos de indexação para os sistemas informatizados em conjunto com o Cedi;
- V. Participar da homologação de ferramentas de busca federada em conjunto com o Cedi;
- VI. Elaborar projetos de indexação de acervos legados, com a assessoria do Cedi;
- VII. Elaborar, em conjunto com o Cedi, os manuais de indexação;
- VIII. Dispor de profissionais capacitados para exercer a atividade de indexação;
- IX. Indicar servidores para treinamento e capacitação.

Art. 16. Compete aos servidores que realizam atividades de indexação:

- I. Observar as diretrizes desta Política;
- II. Observar as normas e os procedimentos contidos nos manuais de indexação, visando manter a coerência e consistência da indexação;
- III. Indexar de forma imparcial, sem julgamento de valor ou emissão de juízo;
- IV. Propor aperfeiçoamento desta Política e dos manuais de indexação;
- V. Propor termos candidatos para a unidade gestora do Tesouro da Câmara dos Deputados;
- VI. Participar de treinamentos indicados

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. As unidades administrativas da Câmara dos Deputados deverão promover a adequação de suas práticas de indexação em conformidade com as diretrizes estabelecidas nesta Política.

Art. 18. Este ato entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala de Reuniões, em 31 de janeiro de 2013.

Deputado MARCO MAIA
Presidente

Deputada Rose de Freitas
Primeira-Vice-Presidente

Deputado Eduardo da Fonte
Segundo-Vice-Presidente

Deputado Eduardo Gomes
Primeiro-Secretário

Deputado Jorge Tadeu Mudalen
Segundo-Secretário

Deputado Inocêncio Oliveira
Terceiro-Secretário

Deputado Júlio Delgado
Quarto-Secretário